



AVISO DE CONVOCAÇÃO 2024.4
ESTÁGIO BÁSICO DE SARGENTO TEMPORÁRIO (EBST)
(SELEÇÃO DE SARGENTOS TÉCNICOS TEMPORÁRIOS – STT -2024/2025)

SUMÁRIO

TÍTULO I - DAS CONDIÇÕES EM GERAL.....	3
1.Introdução.....	3
2.Amparo Normativo.....	3
3.Finalidade.....	5
4.Disposições preliminares.....	6
TÍTULO II - REQUISITOS EXIGIDOS.....	12
TÍTULO III - PROCESSO SELETIVO.....	15
1. Inscrição.....	15
2. Avaliação Curricular.....	19
3. Condições de Execução da Inscrição e Avaliação Curricular.....	21
4. Resultado da Avaliação Curricular e Recurso da Fase.....	26
5. Inspeção de Saúde.....	27
6. Inspeção de Saúde em Grau de Recurso.....	33
7. Exame de Aptidão Física.....	35
8. Seleção Complementar.....	39
TÍTULO IV RECURSOS.....	41
TÍTULO V - CAUSAS DE ELIMINAÇÃO.....	44
TÍTULO VI - INCORPORAÇÃO.....	47
TÍTULO VII – DISPOSIÇÕES FINAIS.....	48
TÍTULO VIII – CRONOGRAMA INICIAL DE ATIVIDADES.....	53
LISTA DE ANEXOS.....	55



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 7ª REGIÃO MILITAR
(Gov das Armas Prov PE/1821)
REGIÃO MATIAS DE ALBUQUERQUE

AVISO DE CONVOCAÇÃO 2024.4

Nº 4 - SSMR/7, 25 de Julho de 2024.

ESTÁGIO BÁSICO DE SARGENTO TEMPORÁRIO (EBST)
(SELEÇÃO DE SARGENTO TÉCNICO TEMPORÁRIO – 2024/2025)

TÍTULO I DAS CONDIÇÕES EM GERAL

1. INTRODUÇÃO

Art 1º - O Comando da 7ª Região Militar (7ª RM), que abrange a área dos Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, por intermédio do seu Comandante, no uso de suas atribuições, torna público e estabelece normas específicas para abertura das inscrições e a realização do processo seletivo **simplificado**, para prestação do Serviço Militar Voluntário, de forma transitória e por tempo determinado, pelos profissionais portadores de certificado **de curso técnico em nível médio**, em área que seja objeto desta seleção, para o exercício de atividades no âmbito do Exército Brasileiro (EB).

Art 2º Os convocados serão incorporados na situação de 3º Sargento Técnico Temporário (STT), tudo nos termos das legislações a seguir, bem como, das disposições contidas neste Aviso de Convocação.

2. AMPARO NORMATIVO

- Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988;
- Lei nº 2.552, de 3 de agosto de 1955 (Fixa a Composição da Reserva do Exército);
- Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), retificada pela Lei nº 4754, de 18 de agosto de 1965;

- Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares);
- Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019 (Altera a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), a Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, a Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, e o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para reestruturar a carreira militar e dispor sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares; revoga dispositivos e anexos da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; e dá outras providências).
- Decreto nº 57.654, de 20 de junho de 1966 (Regulamento da Lei do Serviço Militar), alterado pelos Decreto nº 58.759, de 28 de junho de 1966, Decreto nº 76.324, de 22 de setembro de 1975, Decreto nº 93.670, de 9 de dezembro de 1986, Decreto nº 627, de 7 de agosto de 1992 e Decreto nº 1.294, de 26 de outubro de 1994;
- Decreto-Lei nº 1001, de 21 de outubro de 1969 (Código Penal Militar);
- Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002 (Reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas);
- Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009 (Simplificação do atendimento público prestado ao cidadão);
- Decreto Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências;
- Portaria - DSM/DGP/C Ex Nº 011, de 19 de Janeiro de 2021 Distribui o efetivo de 3º sargentos temporários, estabelecido pelo Decreto que dispõe sobre os efetivos do pessoal militar do Exército em serviço ativo, para 2021.
- Portaria nº 850-EME, de 31 de agosto de 2022 aprova a diretriz para avaliação física do Exército Brasileiro (EB20-D- 03.053 TREINAMENTO FÍSICO MILITAR);
- Portaria nº 052 – Cmt Ex, de 06 de fevereiro de 2001 (Normas para o Controle do Exercício de Funções que Exigem Qualificação Profissional Regulamentada em Lei);
- Portaria nº 462 – Cmt Ex, de 21 de agosto de 2003 (Instruções Gerais para a Convocação, os Estágios, as Prorrogações de Tempo de Serviço, as Promoções e o Licenciamento dos integrantes da Reserva de 2ª Classe – IG 10-68);
- Portaria nº 816 – Cmt Ex, de 19 de dezembro de 2003(Regulamento Interno e dos Serviços Gerais);
- Portaria nº 86/GM-MD, de 22 de setembro de 2020. (Estabelece os cursos que dão direito à concessão do adicional de habilitação aos militares das Forças Armadas.
- Portaria nº 1.639 - Cmt Ex, de 23 de novembro de 2017. Aprova as Instruções Gerais para Perícias Médicas no Exército (EB10-IG-02.022) e dá outras providências;
- Portaria nº 171 - DGP, de 8 de julho de 2009 (Áreas e Habilitações Técnicas de Interesse do Exército, destinadas a Oficiais e Sargentos do Serviço Técnico Temporário – SvTT);
- Portaria nº 1.639- Cmt Ex, de 23 de novembro de 2017. Aprova as Instruções Gerais para Perícias
- Portaria nº 081 - DGP, de 30 de janeiro de 2012 (Diretriz Complementar para o Serviço Militar

Temporário em Tempo de Paz);

- Portaria - DGP/C Ex Nº 407, de 25 de julho de 2022, (Aprova as Normas para a Prestação do Serviço Militar Temporário (EB30-N-30.009), 2ª Edição, 2022);

- Portaria – DGP/C Ex Nº 475, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2023 - Altera e revoga dispositivos das Normas para a Prestação do Serviço Militar Temporário (EB30-N- 30.009), 2ª Edição, 2022;

- Portaria nº 461-DGP/c Ex. de 20 SET 23 – IRPMASEx (Aprova as Instruções Reguladoras sobre Perícias Médicas e Acidentes em Serviço no Exército (EB30- IR-20.016), 1ª Edição, 2023;

- Portaria nº 1.783 - Cmt Ex, de 29 JUN 22 – IGPMEx (Aprova as Instruções Gerais para Perícias Médicas no Exército - IGPMEx (EB10-IG-02.022), 2ª edição, 2022;

- Portaria DGP-DSM C Ex GM-MD Nº 103, DE 12 de dezembro de 2023 (Instruções Complementares de Convocação para o Serviço Militar Inicial no Exército em 2025 - ICC/2025);

- Portaria - DSM/DGP/C Ex Nº 436, de 13 de janeiro de 2023 Distribui o efetivo de 3º sargentos temporários, estabelecido pelo Decreto que dispõe sobre os efetivos do pessoal militar do Exército em serviço ativo, para 2023. - Decreto Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946 (Conselho de Classe em Contabilidade).

- Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação, 4ª Edição 2022.

- Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho (<http://www.mtecbo.gov.br/>).

3. FINALIDADE

Art 3º - Este Aviso de Convocação tem por finalidade regular e divulgar as condições e os procedimentos aprovados para a inscrição e participação na **seleção simplificada** de profissionais ao Serviço Técnico Temporário para o cargo de Sargento Técnico Temporário (STT), em diversas áreas de curso técnico, nível médio, de interesse no âmbito da 7ª Região Militar.

Art 4º – Termos utilizados neste Aviso de Seleção:

I - Cadastro de Reserva: conjunto dos candidatos inscritos, ordenados conforme a classificação obtida no processo seletivo, de acordo com os **Art 63, 67, 75 e 76** e que, respeitado o calendário vigente e dependendo da disponibilidade de vaga e interesse do Exército, podem ser chamados para qualquer fase do certame, no período de vigência deste Aviso de Convocação, os quais estão atrelados. O fato de pertencer ao cadastro de reserva **não garante ao candidato (a)** a chamada para **qualquer fase do certame**, tampouco **a incorporação ao Exército Brasileiro**, em conformidade com os **Art 11, 12, 19, 20, 176 e 194** deste Aviso de Convocação.

II - Convocação à incorporação: é o ato pelo qual os brasileiros, após julgados aptos em seleção, são designados para a incorporação, a fim de prestação do Serviço Militar.

III - Incorporação: é o ato de inclusão do convocado ou voluntário em uma Organização Militar da ativa das Forças Armadas.

IV – Comissão de Seleção Especial (CSE): equipe de seleção, nomeada em Boletim Interno da 7ª Região Militar (7ª RM), composta por oficiais e sargentos designados nas guarnições, da área da 7ª RM, a quem cabe à execução do processo seletivo, sob a coordenação direta da Seção do Serviço Militar Regional/7 (SSMR/7).

V - Junta de Inspeção de Saúde Especial (JISE): Junta médica responsável para proceder à inspeção de saúde dos candidatos convocados para a fase de Inspeção de Saúde.

VI - Médico Perito de Guarnição (MPGu): agente médico pericial capacitado para proceder à inspeção de saúde dos candidatos convocados para a fase de Inspeção de Saúde, cuja guarnição de inscrição não possua JISE.

VII - Médico Perito de Organização Militar (MPOM): agente médico pericial capacitado para proceder a revisão médica (exame de higidez) dos candidatos convocados para a fase de Seleção Complementar.

VIII - Junta de Inspeção de Saúde de Recursos (JISR): Junta Superior de Saúde, composta por médicos peritos, a fim de inspecionar, exclusivamente, os candidatos considerados **inaptos em inspeção de saúde, desde que requeiram conforme as regras do Edital**, mediante a apresentação de fundamentação científica (novos laudos e/ou exames e/ou pareceres de especialistas).

IX - Guarnição de Inscrição: A guarnição de inscrição compreende a sede de inscrição e os municípios vizinhos onde haja Organização Militar do EB, neste diapasão, a Guarnição de Recife, é composta pelos municípios de Olinda-PE e Jaboatão de Guararapes-PE e Araçoiaba- PE. A guarnição de João Pessoa pelo município de Bayeux-PB.

4. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art 5º - Não há previsão de vaga específica para militares temporários no Exército Brasileiro (EB). As vagas são sempre destinadas aos militares de carreira que ingressam no serviço ativo, mediante concurso público, desse modo, as possíveis vacâncias não preenchidas por militares de carreira poderão ser ocupadas pelo militar temporário.

Art 6º - Em virtude da dificuldade de precisar o quantitativo de vagas que poderão ser preenchidas pelo pessoal temporário no ano vindouro, em decorrência de variadas contingências, tais como: diminuição do efetivo teto do EB para contratação, transferência de militares de carreira ou de militares temporários entre as diversas Regiões Militares para ocupação do cargo vago, extinção de vagas no Quadro de Cargos Previstos (QCP) das Organizações Militares (OM), revogação da previsão de licenciamento do militar temporário que ocupa a vaga na OM, dentre outras, o certame destina-se à formação de **cadastro de reserva** para o **preenchimento extemporâneo e eventual de possíveis vagas abertas** nas OM sediadas na área de abrangência da 7ª RM, localizadas nos Estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do

Norte. Assim sendo, a definição das vagas disponíveis será publicada na página da 7ª RM, por ocasião da chamada para Seleção Complementar, última fase do certame.

Art 7º - Trata-se de Serviço Militar, de caráter voluntário, transitório e por tempo determinado, a ser prestado por profissionais possuidores de **Curso Técnico de nível médio nas áreas de interesse da 7ª RM de ambos os sexos**, elencadas no **Anexo "O1 e O2"**. O Serviço Militar Técnico Temporário **não constitui atividade meramente administrativa**, pois esses profissionais, indistintamente, se do sexo masculino ou feminino, terão aproveitamento no serviço ativo da Força Terrestre, inclusive, poderão ser empregados em atividades militares operacionais e, ainda, em demais atividades como: serviço de escala que envolve segurança de pessoal e material; instrução; exercícios de manobras militares no terreno; composição de comissões; manutenção de área, de materiais e equipamentos; representações e outras, cujo desempenho caiba ao cargo de 3º Sargento, previsto no Regulamento Interno e dos Serviços Gerais do Exército (RISG), aprovado pela Portaria nº 816, de 19 de dezembro de 2003 e demais regulamentos do Exército.

Art 8º - São características da profissão militar, as quais o candidato depois de incorporado estará sujeito e não poderá alegar desconhecimento:

I - risco de morte: o exercício da atividade militar, por natureza, exige o comprometimento da própria vida;

II - sujeição a preceitos rígidos de disciplina e hierarquia: ao ingressar nas Forças Armadas, o militar tem de obedecer a rígidas normas disciplinares e a estritos princípios hierárquicos, que condicionam toda a sua vida pessoal e profissional;

III - dedicação exclusiva: o militar não pode exercer qualquer outra atividade profissional durante sua permanência no serviço ativo;

IV - disponibilidade permanente: o militar se mantém disponível para o serviço ao longo das 24 horas do dia **durante todo o ano**, sem direito a reivindicar qualquer remuneração extra, compensação de qualquer ordem ou cômputo de serviço especial;

V - vigor físico: as atribuições que o militar desempenha, não só por ocasião de eventuais conflitos, para os quais deve estar sempre preparado, inclusive, no tempo de paz, exigem-lhe elevado nível de saúde física e mental. O militar é submetido, durante todo tempo no serviço ativo, a periódicos exames médicos e testes de aptidão física, que condicionam a sua permanência na Força Terrestre;

VI - formação específica e aperfeiçoamento constante: o exercício da profissão militar exige uma rigorosa e diferenciada formação;

VII - proibição de participar de atividades políticas: é proibido ao militar na ativa filiar-se a partidos e participar de atividades políticas, especialmente as de cunho político-partidário;

VIII- proibição de sindicalizar-se e de participação em greves ou em qualquer movimento reivindicatório: o impedimento de sindicalização advém da rígida hierarquia e disciplina, por ser inaceitável que o militar possa contrapor-se à instituição a que pertence, devendo-lhe fidelidade irrestrita. A proibição

de greve decorre do papel do militar na defesa do país, interna e externa, tarefa prioritária e essencial do Estado;

IX- mobilidade geográfica: o militar das Forças Armadas poderá ser empregado em qualquer local do Território Nacional a qualquer momento, inclusive, no exterior se assim a missão lhe exigir; e

Art 9º - perfil requerido para o futuro militar objeto deste processo seletivo: em virtude de todas as características peculiares a vida castrense tratadas no **Art 8º** considerando que o militar técnico temporário tem um período de formação e adaptação exíguo e, imediatamente após este período, terá que se inteirar de um multifário de leis, regulamentos e ordens, devendo interpretá-las corretamente e principalmente cumpri-las fielmente. O perfil requerido pela Força Terrestre será aquele (a) candidato(a) que ao participar do presente processo de seleção tenha condições de ler, interpretar o regramento editalício cumprindo fielmente as suas disposições ao fazer a inscrição eletrônica, que em última instância, constitui a própria prova para apresentação dos seus títulos. **Neste contexto faz parte do processo seletivo, como um dos critérios de seleção (além dos títulos apresentados), a leitura, interpretação e o exato cumprimento do regramento do certame, os quais o participante não poderá alegar desconhecimento.**

Art 10 - As convocações, feitas a partir do cadastro de reserva para o serviço ativo, serão caracterizadas, sempre, por uma data de incorporação para os candidatos aprovados em todas as fases do processo seletivo, ficando definida, em princípio, a 1ª data de incorporação, deste cadastro de reserva para **1º de Fevereiro de 2025** e, **caso surjam vagas após a incorporação e havendo interesse do Exército Brasileiro poderá ocorrer uma segunda incorporação em 1º de Julho 2025.**

Art 11 - Durante o processo seletivo, não há, por parte do Exército Brasileiro, compromisso quanto à incorporação dos voluntários, mesmo que estes venham a realizar todas as fases previstas do processo seletivo, ficando a concretização da incorporação condicionada à conveniência, oportunidade e à existência de claro na área/habilitação técnica do(a) candidato(a).

Art 12 - O cadastro de reserva deste processo seletivo será composto por todos os candidatos, devidamente inscritos, mesmo que eventualmente **não tenham sido chamados** para as fases seguintes deste certame, previstas no Cronograma Inicial de Atividades deste Aviso de Convocação, no prazo de validade da seleção, **contudo não garante a incorporação** que estará sujeita às seguintes condições:

- I - abertura/disponibilidade de vagas;
- II - limite orçamentário do Exército Brasileiro; e
- III - interesse da administração pública.

Art 13 - Durante o período em que estiver servindo ao Exército Brasileiro o(a) candidato(a), não poderá acumular a atividade com qualquer outro cargo, emprego ou função na administração pública Federal, Estadual e Municipal, direta ou indireta, exceto para o caso abrangido pelo Inciso XX do Art 38 deste instrumento convocatório.

Art 14 – Os(As) candidatos(as) de curso técnico em nível médio, aprovados(as) em todas as fases do processo seletivo, após a confirmação das vagas disponibilizadas, serão incorporados nas diversas Organizações Militares da área jurisdicionada pela 7ª Região Militar, na situação de 3º Sargento Técnico Temporário.

Art 15 - A prestação do Serviço Militar iniciará com a realização do Estágio Básico de Sargento Temporário (EBST), fase obrigatória e de caráter eliminatório, em cujo período o candidato adapta-se à vida militar e comprova seus méritos. O estágio ocorrerá em duas fases: a 1ª fase, destinada à absorção de conhecimentos relativos à Instrução Individual Básica (IIB), com a duração prevista em Programa Padrão de Instrução específico, sendo realizada em Organização Militar (OM) designada pela 7ª Região Militar; e a 2ª fase (dez meses e quinze dias), destinada à aplicação de conhecimento técnico-profissional, realizada nas Organizações Militares (OM) para as quais os estagiários tenham sido designados.

Art 16 - Não é assegurado ao convocado o retorno ao emprego anterior, quando do seu licenciamento, haja vista a voluntariedade da prestação do Serviço Militar objeto desta convocação.

Art 17- Quaisquer irregularidades, constatadas seja por descumprimento de requisito exigido para ingresso, conforme estabelecido neste Aviso de Convocação ou nos documentos apresentados, eliminarão o(a) candidato(a) do processo seletivo, em qualquer fase em que se encontre. Se constatada e confirmada à irregularidade após a incorporação, a mesma será anulada. Em todos os casos, o(a) candidato(a) não fará jus a qualquer tipo de amparo do Estado, nem voltará a compor o cadastro de reserva, estando sujeitos os responsáveis às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

Art 18 - O(A) candidato(a) deverá ler atentamente as orientações contidas neste Aviso de Convocação, a fim de verificar se atende à totalidade das condições e requisitos para uma eventual convocação, **sendo de sua exclusiva responsabilidade conta e risco, a leitura do Aviso de Convocação, bem como a interpretação do regramento editalício, observância dos prazos e a exata apresentação da documentação solicitada, sob pena de inabilitação. Assim, ao realizar a inscrição, o(a) candidato(a) aceita e se submete, de forma incondicional, às exigências deste processo seletivo, às quais não poderá alegar desconhecimento.**

Art 19 - Os candidatos deverão estar cientes **que não há vaga definida** para as áreas e habilitações técnicas de interesse do Exército, constantes dos Anexos “O1 e O2” deste Aviso de Convocação, todos inscritos se encontram na situação de **cadastro de reserva**, uma vez **que a incorporação dos candidatos que porventura forem aprovados em todas as fases do certame poderá não se concretizar**, em virtude das nuances elencadas no **Art 6º** (diminuição do efetivo teto para contratação, transferência interna de militares de carreira ou temporário para ocupar a vaga, extinção da vaga no Quadro de Cargos Previstos (QCP) na OM, revogação da previsão de licenciamento do militar temporário que ocupa a vaga na OM dentre outras), pois as o quantitativo de possíveis vacâncias poderá ser modificado a qualquer tempo, **acrescido, reduzido ou suprimido**, dentro de cada área, de acordo com as necessidades e as

disponibilidades de vagas nas OM, **até a data da efetiva incorporação**, observado sempre as condicionantes estabelecidas **nos Incisos I a III do Art 12** deste Aviso de Convocação e o efetivo das Forças Armadas estabelecido em regulamentação específica.

Art 20 – Em virtude do processo seletivo se destinar à formação **de um cadastro de reserva**, constituído de voluntários, cuja aprovação eventual, nas suas diversas fases, representará, apenas, numa expectativa de direito à incorporação no Exército Brasileiro que, por sua vez, é condicionada à existência de vagas que ainda serão submetidas à oportunidade e à conveniência da administração para uma possível incorporação.

Art 21 - Caso surjam vagas durante a vigência deste Aviso, após a incorporação, as informações serão divulgadas via publicação na página eletrônica da 7ª Região Militar.

Art 22 - Em razão da natureza militar da atividade a ser desempenhada pelos convocados e conseqüente necessidade de capacidade física compatível, não serão reservadas vagas aos portadores de necessidades especiais, conforme o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

Art 23 - Os processos seletivos de militares temporários fazem parte do Plano Geral de **Convocação Anual** para o serviço militar voluntário, previsto na letra b) do Art 12 e Art 16 da Lei nº 4.375, de 17 Ago 64, Lei do Serviço Militar e nº 6) do Art 3º do Decreto 57.654, de 20 Jan 66 - Regulamento da Lei do Serviço Militar.

Art 24- A incorporação para o Serviço Militar, de forma transitória e por tempo determinado, em caráter voluntário, é feita para um período de 12 (doze) meses, podendo, a critério da administração serem concedidas prorrogações de igual período, totalizando o máximo de 96 meses, incluindo-se, neste cômputo, todo o tempo de serviço militar anterior, seja ele prestados as Forças Armadas e/ou Auxiliares, **não podendo adquirir estabilidade.**

Art 25 - A participação no processo de seleção implicará em total aceitação destas instruções e demais regulamentos pertinentes. O desrespeito às suas disposições poderá ocasionar a eliminação do(a) candidato(a) do processo seletivo.

Art 26 - As despesas pessoais, inerentes ao processo seletivo, deslocamentos e os exames médicos solicitados serão realizados a expensas dos candidatos.

Art 27 - Durante as fases do processo, o(a) candidato(a) deverá utilizar trajes compatíveis com sua permanência no interior de aquartelamento, não podendo trajar bermudas, corsários ou similares, sandálias abertas, camisetas sem manga, minissaia, boné, blusa curta ou decotada, roupas transparentes ou calça legging. Caso contrário, será impedida a sua entrada na Organização Militar.

Art 28 - O candidato terá direito a remuneração a partir do momento de sua incorporação, conforme estabelecido na **Lei 13.954, de 16 de dezembro de 2019** (Reestruturação da Remuneração dos Militares das Forças Armadas).

Art 29 - A remuneração básica (soldo) para Terceiro Sargento é de R\$ 3.825,00 (três mil oitocentos e vinte e cinco reais), mais os adicionais previstos. Para fins de concessão do Adicional de Habilitação, se faz necessário, obedecer às regras previstas na Portaria nº 086 – Cmt Ex, de 22 de setembro de 2020.

Art 30 - O 3º Sargento Técnico **Temporário** tem permanência transitória e por tempo determinado no serviço ativo do Exército, **não estando sujeito à aquisição de estabilidade**, e submetido, às legislações militares, **a partir da sua incorporação**. O serviço militar temporário não se destina ao ingresso na carreira militar de que trata o § 2º do art. 3º da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares) (parágrafo único do Art 1º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), modificada pela Lei nº13.954, de 16 de dezembro de 2019).

Art 31 – O cadastramento do candidato no sistema implicará na indicação de conhecimento e na expressa aceitação das normas e condições estabelecidas neste Aviso de Convocação, bem como, nas instruções específicas contidas nos comunicados e em outras orientações que, porventura, venham a ser publicadas, em relação às quais **não poderá alegar desconhecimento de qualquer natureza**.

Art 32 - Somente os candidatos, cujos nomes foram publicados na página eletrônica da 7ª RM, deverão comparecer na data e local para a execução das diversas fases do processo seletivo.

Art 33 – Os candidatos, de ambos os sexos, incorporados nas Organizações Militares (OM) do Exército Brasileiro, poderão ser empregados em qualquer missão, inclusive, fora da sede onde foram incorporados, ou mesmo no exterior, **para atender às peculiaridades de cada OM** e, também, à utilização e ao **emprego operacional** do Exército Brasileiro em tempo de paz ou não.

Art 34 - Todos os documentos apresentados pelos candidatos, em todas as fases do processo seletivo, **deverão estar legíveis**, sob pena de não serem aceitos pelas Comissões deste processo seletivo.

Art 35 - Todas as Declarações elaboradas, em conformidade com os anexos deste Aviso de Convocação, deverão ter a assinatura do declarante.

Art 36 - Todas as declarações, certidões negativas, documentos de identidade, carteiras funcionais, carteiras de registro em conselhos, bem como todos os demais documentos exigidos aos candidatos que possibilitam a participação no presente processo de seleção, deverão **estar com prazo de validade vigente** dentro do período compreendido entre o dia inicial de abertura das inscrições e a data da efetiva incorporação, ou seja, **entre 1º de agosto de 2024 a 1º de julho de 2025**.

Art 37 - Em todas as fases presenciais do Processo Seletivo o candidato deverá se identificar à Comissão Seleção por meio do original de um dos seguintes documentos de identificação:

I - cédula oficial de identidade expedida pelo Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, Marinha do Brasil, Força Aérea Brasileira, Secretaria Estadual de Segurança Pública, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e DETRAN;

II - carteira emitida pelos órgãos criados por lei federal, controladores do exercício profissional, com valor de documento de identidade (Lei nº 6.206, de 1975);

III - Carteira Nacional de Habilitação com fotografia;

IV - Carteira de Trabalho;

V - Passaporte; ou

VI - Carteira Funcional expedida por órgão público que, por lei federal, seja válida como identidade.

§ 1º O documento de identificação original deverá estar em perfeitas condições, a fim de permitir, com clareza, a identificação do candidato, sendo rejeitado quando:

I - a fotografia do documento não permitir a identificação inequívoca do seu portador, por ser de má qualidade, por ser muito antiga, por estar danificada, deteriorada, ou manchada;

II - a assinatura que consta do documento diferir da utilizada pelo candidato em qualquer fase do Processo Seletivo; ou

III - os dados do documento estiverem adulterados, rasurados ou danificados.

TÍTULO II

REQUISITOS EXIGIDOS

Art 38 - O (A) candidato(a) deverá atender aos seguintes requisitos para a incorporação:

I - Ser voluntário(a);

II - Ser brasileiro(a) nato(a) ou naturalizado(a);

III - Ter concluído com aproveitamento, **até o final do período de inscrição**, previsto no Cronograma Inicial de Atividades deste Aviso de Convocação, o curso técnico em nível médio, de conformidade com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação, 4ª Edição, que o habilite a exercer profissão **elencadas no Anexo "O1" deste Aviso de Convocação**;

a. Em caráter excepcional, para fins de inscrição no processo seletivo, enquanto aguarda o fornecimento do Diploma ou Certificado de conclusão de curso, em decorrência de tramitação de procedimentos administrativos legais de regularização destes documentos, a cargo da Instituição de Ensino junto à Secretaria de Educação Municipal/Estadual/Distrital, Ministério da Educação ou órgão competente, o candidato poderá apresentar cópia de Declaração ou Certidão emitida pela Instituição de Ensino, a qual será válida até a chamada dos candidatos para incorporação, em data prevista no Cronograma Inicial de Atividades, devendo, para ser efetivada sua incorporação, **apresentar o Diploma ou Certificado de conclusão do curso, sob pena de ser eliminado do processo seletivo**. A declaração, no entanto, **será aceita com data de validade máxima de até 90 (noventa dias) antes da data do início das inscrições para o presente processo seletivo**.

b. Não serão aceitas em hipótese alguma **Atas de Defesa de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC, Monografias, Trabalho em Grupo etc.)**, como comprovação de formação, **somente a devida declaração/certidão do que trata a alínea "a" do inciso III do Art 38**.

IV - Os cursos técnicos de nível médio deverão obedecer aos requisitos de carga horária previstos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do Ministério da Educação – 4ª Edição/2022, bem como, as instituições de ensino devem ser reconhecidas oficialmente pelo Ministério da Educação (ME), e ambos devidamente registrados na forma da legislação federal que regula a matéria;

a. Caso o(a) candidato(a) possua Graduação de Nível Superior, referente ao Curso Técnico para o qual pretenda se inscrever, ficará desobrigado de apresentar o Diploma de Nível Técnico (caso não haja impedimento do respectivo Conselho de Classe). Os cursos e as instituições de ensino superior devem ser reconhecidos oficialmente pelo Ministério da Educação (ME), e devidamente registrados na forma da legislação federal que regula a matéria;

b. O curso superior apresentado em substituição **deverá ter relação direta com o curso técnico nível médio** para o qual o (a) candidato (a) concorre ou pretende concorrer, **devendo obrigatoriamente apresentar a frente e o verso da grade curricular (histórico escolar).**

c. **Não terá validade o Diploma de Curso Superior se for apresentado sem a respectiva frente e verso da grade curricular (histórico escolar), culminando com a eliminação do processo seletivo.**

d. O candidato que possuir **curso de nível superior** e desejar concorrer para o cargo de STT, deverá preencher a declaração constante no anexo “M”, manifestando que aceita exercer sua habilitação profissional em nível inferior ao que possui.

V - Estar regularmente registrado no respectivo Conselho, Ordem Profissional de Classe ou órgão equivalente, caso a profissão seja regulamentada por lei, mediante apresentação de Cópia da Carteira do Registro, **com validade vigente**, além da Certidão de regularidade junto ao respectivo Conselho Profissional, Ordens de Classe ou Órgão Equivalente, esta última datada de, no máximo, **60 (sessenta) dias antes** do dia inicial da abertura de inscrições do presente processo seletivo;

VI- Se militar das Forças Armadas ou Auxiliares:

a. Não esteja cumprindo o Serviço Militar Inicial Obrigatório;

b. Não ser militar de carreira ou praça estabilizada; e

c. Os militares temporários e da reserva não remunerada podem ser voluntários para o EBST, desde que não haja regressão hierárquica.

d. Não ter sido, anteriormente desligado (a) do serviço ativo:

1) por motivo disciplinar, verificado em seus assentamentos;

2) por falta de aproveitamento, quando avaliado com conceito “Insuficiente” em qualquer atributo da última Ficha de Avaliação;

3) por falta de conceito moral a ser verificado na última Ficha de Avaliação e nos seus assentamentos;

4) Não tenha sido punido por transgressão disciplinar que atente contra a honra pessoal, o sentimento do dever, o pundonor militar e o decoro da classe, previstos no Art 28 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares).

VII - Se praça da ativa de Força Armada ou de Força Auxiliar, estar classificado, nos termos do Regulamento Disciplinar do Exército, no mínimo, no comportamento "Bom", ou em classificação equivalente da Força específica;

VIII - Se ex-integrante de qualquer uma das Forças Armadas ou de Força Auxiliar, não ter sido excluído ou licenciado a bem da disciplina, exceto em casos de reabilitação, amparados pelo Art 134 do Código Penal Militar, Decreto-Lei nº 1001, de 21 de outubro de 1969;

IX - Não ter sido considerado isento do Serviço Militar ou licenciado por incapacidade física ou mental definitiva ("Incapaz C"), ou definição equivalente da Força específica, e não ter sido julgado, em inspeção de saúde, incapaz definitivamente para o serviço do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar;

X - Estar em dia com suas obrigações perante a Justiça Eleitoral (ambos os sexos) e o Serviço Militar Obrigatório (candidatos do sexo masculino e candidatos do sexo feminino que são reservistas das Forças Armadas ou Auxiliares);

XI - Possuir idoneidade moral, bons antecedentes e não exercer ou não ter exercido atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional, conforme o Art 11, da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), a ser apurada por meio de averiguação da vida pregressa do candidato;

XII - Ter aptidão física e mental para o exercício das atividades, a ser verificada por meio de Inspeção de Saúde com apresentação de exames complementares e Exame de Aptidão Física (EAF);

XIII - Não ter sido nos últimos 5 (cinco) anos, na forma da legislação vigente:

a) Condenado(a) em processo criminal perante a Justiça comum ou militar, seja na esfera federal ou estadual, transitado em julgado, contado o prazo a partir da data do cumprimento da pena; ou

b) Responsabilizado(a) por ato lesivo ao patrimônio público, de qualquer esfera de governo, em processo administrativo disciplinar, do qual não caiba mais recurso, contado o prazo a partir da data do cumprimento da sanção.

XIV - Residir no município onde será convocado(a) ou declarar estar comprometido(a) a mudar-se para o município de incorporação, por conta própria, caso venha a ser convocado(a), sem qualquer ônus para o Exército Brasileiro, conforme o Anexo "E";

XV - Não estar indiciado em inquérito policial militar ou comum, respondendo a processo criminal na justiça comum ou militar ou cumprindo pena;

XVI - Obter aprovação em todas as fases do presente processo seletivo;

XVII - Não possuir nenhum vínculo, durante o tempo que permanecer no Exército Brasileiro, com qualquer cargo, emprego ou função pública, ainda que na administração pública indireta, exceto nos casos previstos na Constituição Federal de 1988, apresentando Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público (Anexo “F”), cujas informações são de inteira responsabilidade do(a) candidato(a);

XVIII - O(A) candidato(a) militar da ativa deverá informar ao seu Comandante, Chefe ou Diretor sobre sua inscrição e aprovação para o processo seletivo, para que sejam tomadas as providências decorrentes por parte da instituição a que pertence, de acordo com a legislação em vigor e em conformidade com o Anexo “J”;

XIX - Não pertencer à reserva remunerada de qualquer Força Armada e/ou Auxiliar;

XX - Os profissionais da área de saúde, ao ingressarem no Exército Brasileiro, deverão observar a despeito do que prevê a Emenda Constitucional nº 77, de 11 de fevereiro de 2014, que estende aos profissionais de saúde das Forças Armadas a possibilidade de cumulação de cargo a que se refere o Art 37, inciso XVI, alínea “c” da Constituição Federal, que a atividade militar prevalece como prioridade; **Os candidatos que estejam na referida situação deverão apresentar Declaração conforme modelo do anexo F1**, cujas informações são de inteira responsabilidade do(a) candidato(a);

XXI - Ter no mínimo 1,60 metros de altura, se do sexo masculino, e 1,55 metros de altura, se do sexo feminino;

XXII - Na data da incorporação, o(a) candidato(a) não poderá possuir mais de 84 (oitenta e quatro) meses de tempo de serviço prestado as Forças Armadas e/ou Auxiliares, contínuo ou interrompido, em razão da **Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019** estabelecer que as convocações somente sejam efetivadas pelo período de 12 (doze) meses e no prazo máximo de 96 (noventa e seis) meses.

XXIII - O candidato com curso superior de enfermagem somente poderá participar de processo seletivo para STT se for possuidor de curso Técnico de Enfermagem, registro no respectivo conselho (como técnico) e satisfizer a todos os requisitos previstos neste Aviso de Convocação; e

XXIV- **possuir, no máximo, 40 anos de idade, na data incorporação (Lei 13.954, de 16 de dezembro de 2019).**

TÍTULO III

PROCESSO SELETIVO

Art 39 - O processo seletivo constará de Inscrição, Avaliação Curricular, Inspeção de Saúde, Exame de Aptidão Física e Seleção Complementar para Incorporação.

CAPÍTULO I

INSCRIÇÃO

Art 40 - **A inscrição eletrônica deverá ser realizada a partir do dia 1º de agosto de 2024 até às 15h 00min (hora local de RECIFE-PE) do dia 12 de agosto de 2024, não podendo ser realizada por aparelho**

celular, em virtude das certificações de segurança de rede. Deverão ser cadastrados os dados pessoais e os dados profissionais. O candidato deverá certificar-se de que cadastrou todos os dados completos corretamente antes de concluir a sua inscrição, não sendo mais possível inserir ou alterar após este período.

Art 41 - Todos os candidatos deverão acessar o *link* de inscrição, via Internet, através do endereço eletrônico: <https://7rm.eb.mil.br/index.php/processos-seletivos-ott-stt-2018/item/97-processo-seletivo-stt-20244> nos dias e prazos estabelecidos neste Aviso de Convocação, utilizando preferencialmente o navegador **MOZILLA FIREFOX**.

Art 42 – Durante a inscrição, deverão ser preenchidos os campos, seguindo-se às orientações do sistema e as exigências constantes deste Aviso de Convocação, bem como, efetuando o carregamento dos arquivos em formato “PDF”, dos itens contidos no Anexo “A”.

Art 43 – Ao acessar o endereço: <https://7rm.eb.mil.br/index.php/processos-seletivos-ott-stt-2018/item/97-processo-seletivo-stt-20244> o(a) candidato(a) deverá:

I. ler o Aviso de Convocação, disponibilizado eletronicamente;

II. Acessar o sistema SISCANT e Preencher os dados cadastrais:

- a. Dados pessoais;
- b. Ao finalizar o preenchimento dos dados cadastrais, o candidato receberá um e-mail contendo a senha provisória gerada pelo sistema; e
- c. O candidato deverá modificar a senha provisória cadastrando uma nova senha para acessar o sistema.

III. Preencher os campos obrigatórios fazendo *upload dos seguintes documentos, em um único arquivo, conforme as regras estabelecidas no Cap III CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DA INSCRIÇÃO E AVALIAÇÃO CURRICULAR* do Aviso de Convocação, além das orientações do sistema:

- a. Certificado/diploma/declaração de conclusão técnico em nível médio na área postulada;
- b. Carteira do registro no respectivo conselho (**para as áreas que exijam, conforme Anexo O1**);
- c. Certidão de regularidade do conselho (**para as áreas que exijam, conforme Anexo O1**); e
- d. Escolher a especialidade e Guarnição de Inscrição.

IV. Preencher os campos que geram pontuação, conforme as regras estabelecidas no Cap III CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DA INSCRIÇÃO E AVALIAÇÃO CURRICULAR do Aviso de Convocação, além das orientações do sistema, procedendo *upload* dos arquivos referentes aos campos:

- a. Cursos Complementares;
- b. Exercício da Atividade Profissional-Civil e/ou Exercício da Atividade Profissional-Militar;

V. Salvar a ficha de inscrição toda as vezes que fizer modificação e concluir a inscrição.

a. Após a inserção de cada arquivo, o candidato deverá aguardar que o sistema execute o *upload*, com a seguinte confirmação: **INSERIDO COM SUCESSO**, momento em que poderá avançar para os demais campos, salvando a inscrição.

VI. Imprimir a ficha de inscrição, devidamente preenchida;

VII. O candidato deverá se certificar que cadastrou todos os dados completos corretamente, antes de concluir a sua inscrição, não sendo mais possível inserir ou alterar, após o período previsto de 1º de agosto até às 15:00 horas de 12 Agosto de 2024.

Art 44 - O(A)candidato(a) inscrito(a) por terceiros assume total responsabilidade pelas informações inseridas na Ficha de Inscrição Eletrônica, arcando com todas as consequências de eventuais erros do seu procurador.

Art 45 - Cada arquivo poderá ter no **máximo 4,0 MB**, sendo **a pontuação inicial gerada automaticamente pelo sistema**, em função da finalização do processo de carregamento dos arquivos. Essa Pontuação inicial, gerada automaticamente a partir dos dados lançados pelo **candidato, não representará a classificação real do processo seletivo**, uma vez que os arquivos anexados deverão ser verificados e auditados por Comissão de Avaliação Curricular, nos termos **dos Art 61 a 77** do Aviso de Convocação.

Art 46 - **Ao final da inscrição**, o(a) candidato(a) receberá em seu e-mail a confirmação de sua inscrição. Salienta-se que o endereço eletrônico tem que ser do **GMAIL**, devido aos processos de segurança do sistema de informática. **O login e senha permitirá alterar/verificar, durante o período de inscrição, o conteúdo digitalmente enviado.**

Art 47- Todos os candidatos deverão efetuar somente o carregamento de arquivos correspondentes à área postulada. **Não serão considerados os documentos que não tenham vínculo com a área pretendida.**

Art 48 - O(A) candidato(a) deverá estar ciente que **faz parte do processo seletivo o correto preenchimento da Ficha de Inscrição**, seguindo-se as orientações do sistema e, em conformidade as exigências deste Aviso de Convocação. Arquivos anexados em campos diversos dos previstos nas orientações para preenchimento da ficha de inscrição, **não serão considerados para efeito de pontuação e, em se tratando de documento obrigatório, acarretará a eliminação do candidato.**

Art 49 - O(A) candidato(a) poderá se cadastrar em apenas 01 (uma) área de interesse deste Aviso de Convocação, escolhendo, também, somente 01 (uma) Guarnição para qual tenha interesse de concorrer.

Art 50 - O candidato inscrito para Guarnição diferente do seu município de residência arcará com todas as despesas decorrentes de deslocamento, alimentação, pousada, ficando por sua conta e risco o comparecimento nas fases do certame, atendendo as convocações publicadas na página eletrônica do Comando da 7ª RM. O fato de residir em município diverso do pleiteado no processo seletivo **não confere prerrogativa quanto a faltas, atrasos e não apresentação de documentação**, além dos prazos estipulados neste Edital ou de convocações publicadas na página eletrônica da 7ª RM.

Art 51 - O Comando da 7ª Região Militar não se responsabiliza por inscrição não realizada por motivos de ordem técnica dos computadores utilizados pelos candidatos, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

Art 52 - No caso do(a) candidato(a) concorrer em mais de um certame simultaneamente, a Comissão de Seleção Especial (CSE) não se responsabilizará por eventuais coincidências de datas e horários de atividades ou eventos do processo seletivo das diversas áreas.

Art 53- Após o término do período destinado para as inscrições, o link de inscrição não estará mais disponível e, não será possível finalizar as inscrições em andamento.

Art 54- Após o término do período de inscrição, previsto no Cronograma Inicial de Atividades, não será permitida qualquer inserção de dados no cadastro do(a) candidato(a) e, durante a fase de Avaliação Curricular, só serão analisados os dados inseridos no cadastro do(a) candidato(a), **realizado no sistema SISCANT durante o período de inscrição**. É de responsabilidade do(a) candidato(a) inserir todos os dados pertinentes a sua inscrição. Caso deixe de inserir algum item obrigatório ou insira dados incorretos no campo “Habilitação” da Ficha de Inscrição, o(a) candidato(a) será **eliminado**.

Art 55 - A inscrição importa no conhecimento e na aceitação do disposto neste Aviso de Convocação e em seus anexos, em relação aos quais o candidato **não poderá alegar desconhecimento**, devendo certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a área pretendida.

Parágrafo único: As condições de apresentação da documentação estão descritas no Cap III CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DA INSCRIÇÃO E AVALIAÇÃO CURRICULAR.

Art 56 - O cadastramento do candidato no sistema implicará na responsabilidade legal e na presunção de sua capacidade técnica para o desempenho das funções inerentes ao cargo objeto desta seleção.

Art 57 - Não será aceita inscrição condicional, nem por outro meio (eletrônico ou físico) diferente das condições estabelecidas neste Aviso de Convocação.

Art 58 - Não será permitida a realização de mais de uma inscrição utilizando o mesmo número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) emitido pela Receita Federal.

Art 59 - Não será cobrada nenhuma taxa durante todo o processo seletivo.

Art 60- As datas previstas para a realização das atividades do processo seletivo seguirão **o Art 215 Cronograma Inicial de Atividades, visando à 1ª Incorporação, as quais, se necessário, poderão sofrer alteração, por meio de Errata ou Termo Aditivo.**

I - Caso haja uma 2ª Incorporação será publicado um novo Cronograma, na página destinada ao processo Seletivo da 7ª RM.

CAPITULO II
AVALIAÇÃO CURRICULAR

Art 61 - Será realizada pela Comissão de Avaliação Curricular, composta de militares especializados em cada área técnica, constante do presente Aviso de Convocação.

Art 62 - É reservado ao Comandante da 7ª Região Militar o direito de convocar, para a fase de Avaliação Curricular, as áreas e o quantitativo de candidatos que considerar suficiente para concorrer às vagas disponibilizadas.

Art 63 - O(A) candidato(a) deverá estar ciente que o simples fato de estar inscrito no processo seletivo, não garante a convocação para as diversas fases do certame, pois somente serão submetidos a fase de Avaliação Curricular, os candidatos cujas áreas têm possibilidade de vagas, de acordo com as condicionantes estabelecidas nos Art **11, 12 e 62** deste Aviso de Convocação. Os candidatos não convocados para esta fase permanecerão em cadastro de reserva podendo ser chamados, caso surja vaga, até o prazo de validade do certame.

Art 64 - A chamada para fase de Avaliação Curricular tem como base a classificação provisória estabelecida pela nota sistêmica, em ordem decrescente de pontuação, discriminada por especialidade e guarnição de inscrição, publicada na relação de inscritos, observados os dispostos nos **Art 62, 63, 67 e 76**.

Art 65 - Após a primeira convocação se houver necessidade de realizar novas chamadas para se cumprir o alinhamento de notas previsto no **Art 76** será publicada a relação dos chamados para fase, de forma a discriminar os candidatos que serão submetidos a avaliação curricular, com sua nota virtual atribuída pelo sistema e a nota real dos candidatos que porventura já se encontrem avaliados e não prosseguiram nas fases, com a sua consequente posição no cadastro de reserva, e as respectivas datas de avaliação a que foram submetidos e a chamada correspondente.

Art 66 - A convocação dos candidatos já avaliados no cadastro de reserva juntamente com os não avaliados, não caracteriza uma nova oportunidade de reavaliação para os primeiros, a qual já foi concedida na fase recursal correspondente a sua chamada, mas objetiva dar publicidade para todos envolvidos, da classificação real dos avaliados e a virtual dos não avaliados no cadastro de reserva.

Art 67 - O(A) candidato(a) deverá estar ciente que a pontuação inicial gerada automaticamente pelo sistema SISCANT, no ato da inscrição, com base nos dados lançados pelo próprio candidato e, sob sua inteira responsabilidade quanto à veracidade das informações, não representa a classificação definitiva do processo seletivo. Neste caso, corresponderá apenas à conferência quantitativa dos documentos cadastrados, não gerando expectativa de direito real na pontuação e classificação final. **A pontuação real dos candidatos** somente será considerada para fins de classificação, para os chamados na fase de Avaliação Curricular, após a auditoria realizada nos arquivos anexados, pela Comissão de Avaliação Curricular, a quem cabe à validação da pontuação, a qual será homologada, definitivamente, pelo Chefe da Seção do Serviço Militar Regional.

Art 68 - A Avaliação Curricular terá o objetivo de garantir a lisura e transparência do processo, evitando que documentos enviados, não pertinentes à área postulada, pontuem indevidamente, bem como proceder à auditoria dos arquivos anexados, a fim de verificar sua validade e veracidade.

Art 69 - A Avaliação Curricular terá caráter classificatório e eliminatório e será realizada, virtualmente, com base na documentação enviada, sem a presença do(a) candidato(a), por militares especializados nas áreas/habilitações técnicas constantes do presente Aviso de Convocação.

Art 70 - Somente serão considerados, para pontuação, os documentos e atividades dentro da área que o(a) candidato(a) postula.

Art 71 - O avaliador poderá validar ou desvalidar os arquivos enviados pelos candidatos, com base nas regras estabelecidas pelo presente Aviso de Convocação. Assim, a pontuação do(a) candidato(a) gerada automaticamente pelo sistema poderá sofrer alteração para menor.

Art 72- O resultado da Avaliação Curricular será divulgado para acompanhamento na página eletrônica da 7ª RM, em data prevista no Cronograma Inicial de Atividades deste Aviso de Convocação.

Art 73 - A Comissão de Avaliação Curricular procederá à análise dos recursos apresentados nesta fase.

Art 74 – O(A) candidato (a) deverá estar ciente que por tratar-se de processo seletivo de comprovação de títulos, **o preenchimento correto da Ficha de Inscrição constitui a própria prova**, cuja classificação do certame é definida na fase de Avaliação Curricular, após análise da Comissão elencada no **Art 61**, baseando-se, **nos arquivos anexados pelo candidato (a) no período da inscrição**.

Art 75 - Fica estabelecida como critério classificatório para todos os fins, a ordenação de pontos obtida, a partir **do resultado da Avaliação Curricular**, dentro de cada especialidade, por guarnição de inscrição que foram participantes da fase, procedida pela Comissão de Avaliação Curricular. **Os resultados dos recursos deferidos nesta fase específica, conforme prescreve o Art 107, são computados para estabelecer a nota final da Avaliação Curricular.**

Art 76 - Não poderão seguir para a fase seguinte, candidatos com pontuação avaliada de valor menor do que a pontuação sistêmica daqueles que deixaram de ser chamados para a fase de Avaliação Curricular. Caso isso venha a ocorrer, poderão ser realizadas chamadas sucessivas à avaliação, até o realinhamento da pontuação dos chamados.

Art 77 - O(A) candidato(a) que anexar documentos que não correspondam aos solicitados para a comprovação dos termos deste Aviso de Convocação e que o faça de forma dolosa para obter vantagens indevidas, será eliminado do processo seletivo e responderá penal e civilmente pela ação dolosa praticada.

CAPITULO III
CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DA INSCRIÇÃO E AVALIAÇÃO CURRICULAR

Art. 78 - Os critérios de pontuação para determinar a classificação são os estabelecidos na **tabela de avaliação curricular conforme o Art 101**:

1. HABILITAÇÃO

Art 79 - Será considerado o curso técnico em nível médio de formação profissional, correspondente à área que o candidato está inscrito, de conformidade com os requisitos exigidos pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - 4ª Edição do Ministério da Educação, concluído **até o final do período de inscrição** do presente Aviso de Convocação, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC), por meio de diploma/certificado devidamente registrado, constando todos os dados necessários à sua perfeita avaliação, **explicitando a frente e verso do diploma/certificado, sempre levando em consideração os requisitos específicos de cada área.**

I- O diploma de curso técnico, nível médio de formação por constituir item **obrigatório** para inscrição, **não será pontuado**. A falta do diploma ou uma de suas partes (frente/verso), neste campo específico da Ficha de Inscrição, **eliminará o candidato do processo seletivo**.

II- A presença de dados ilegíveis no diploma que dificultem ou impossibilitem a devida leitura ou identificação por parte da Comissão de Avaliação **eliminará o candidato** do processo seletivo.

III- Será aceita Declaração de conclusão expedida nos termos e condições previstas na letra “a”, inciso **III do Art 38** deste Aviso de Convocação.

IV- Não serão aceitas, em hipótese alguma, **atas de defesa de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC, Monografias, Trabalho em Grupo etc.)**, como comprovação de formação.

Parágrafo Único: Será aceito curso superior em substituição ao curso técnico em nível médio, desde que observado as condicionantes de apresentação da grade curricular/histórico junto com o diploma e pertinência com a área pretendida, nos termos das letras “a.” a “d.” **do inciso IV do Art 38** deste instrumento convocatório.

2. REGISTRO NO CONSELHO OU ORDEM PROFISSIONAL DE CLASSE (OU ÓRGÃO EQUIVALENTE)

Art 80 - A carteira de registro no conselho ou órgão profissional de classe (com data de validade vigente ou equivalente) cuja profissão seja regulamentada por lei, bem como a certidão de regularidade junto ao respectivo Conselho Profissional, **datada de até 90 (noventa dias) antes do dia de abertura das inscrições**, emitida pelos respectivos conselhos/ordens, **não serão pontuadas**, no entanto, constituem itens de apresentação **obrigatória** na Ficha de Inscrição, cuja falta **eliminará** o candidato do processo seletivo. **O candidato deverá anexar a frente e o verso da Carteira do Conselho**, com todos os dados legíveis para sua perfeita avaliação.

3. CURSOS COMPLEMENTARES

Art 81 - Serão considerados e pontuados os cursos complementares constantes do **Anexo “P”** e demais cursos complementares pertencentes à área postulada, concluídos **até o final do período de inscrição** do presente Aviso de Convocação. A pontuação referente aos Cursos Complementares considerados de interesse (conforme Anexo “P”) e demais Cursos Complementares pertencentes à área postulada, consta **do Art 101 - Critérios de pontuação do presente processo seletivo.**

I -As certificações em informática serão consideradas, exclusivamente, para área de Tecnologia de Informação, e somente serão pontuadas as especificadas na letra **a. do nº 2. da tabela do Art 101.**

II -Não serão aceitos e pontuados os diplomas que apresentem dados ilegíveis que dificultem ou impossibilitem a devida leitura ou identificação por parte da Comissão de Avaliação.

III- Será aceita Declaração de Conclusão expedida pela Instituição de Ensino, datada de no máximo **90 (noventa) dias** do dia inicial de abertura das inscrições.

IV-O curso e a Instituição de Ensino deverão ser reconhecidos pelo Ministério da Educação.

Art 82 - não serão pontuados os cursos complementares **que forem considerados como condição indispensável de habilitação** para exercício do cargo postulado, **de acordo com os requisitos específicos mínimos, exigidos no Anexo “O1” do presente Aviso de Convocação.** Neste caso, à frente e o verso do diploma de curso complementar, obrigatoriamente, deverão ser anexados no campo **“Habilitação”** da Ficha de Inscrição, cuja falta ou dados ilegíveis **eliminará o candidato** do processo seletivo.

Art 83 - Não serão aceitos os cursos realizados em cursinhos preparatórios de qualquer tipo.

Art 84 - **Os Estágios de qualquer tipo, participação em congressos, simpósios, colóquios, conferências, palestras, projetos, oficinas, monitorias, trabalhos de grupos e/ou de campo e participação em grupos de pesquisa ou extensão, não serão aceitos, de forma alguma, como cursos complementares.**

Art 85 - Em casos de variadas realizações de um mesmo curso, apenas será considerado um diploma de uma única instituição.

Art 86 - Os diplomas dos cursos complementares deverão conter a carga horária discriminada, bem como todos os dados necessários a sua perfeita avaliação: **frente, verso, nome do concludente, assinatura da autoridade expedidora, período de duração.** No caso de cursos on-line deverá conter o código de verificação da autenticação, por meio do endereço eletrônico do respectivo órgão expedidor do diploma, sem o qual o curso não será validado. Em caso de não conformidade na conferência do código apresentado, o curso não será validado.

4. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE PROFISSIONAL – CIVIL

Art 87 - Será considerado, para todos os candidatos, o tempo de atuação profissional **efetivo na área específica postulada pelo candidato (a) na inscrição**, nas condições estabelecidas dos **Art 88 a 98** desempenhado até o dia anterior a data de abertura das inscrições do presente Aviso de Convocação, **admitindo-se o tempo máximo de 3.650 (três mil seiscentos e Cinquenta) dias, para fins de pontuação nesse quesito.**

I- Não será computado, o tempo de serviço exercido antes da conclusão do curso de formação, na área postulada.

Art 88- Para as áreas que exijam cursos complementares específicos para desempenho do cargo, conforme estabelecido nos requisitos indispensáveis nº **14, 19, 30** do Anexo “**O1**” deste Aviso de Convocação, somente será pontuado o tempo de experiência profissional prestado efetivamente no desempenho da especialização específica exigida na seleção e, após o período de conclusão curso complementar exigido para desempenho do cargo.

Art 89 - A comprovação de Atividade Profissional será realizada mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

I- Cópia de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)

a. Deverão ser anexadas, as folhas da CTPS onde constam os dados pessoais de identificação do candidato (Nome, Filiação, Nascimento, nº CPF, etc.) e a Folha onde consta a fotografia, **sem as quais não serão consideradas as respectivas experiências profissionais.** Será aceita a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) emitida por meio eletrônico, desde que contenha as informações anteriores e possua código de autenticação verificável;

b. Deverá ser anexado a folha da CTPS onde consta o contrato de trabalho, discriminando o tempo de serviço prestado (início e fim) e a função/atividade desenvolvida.

c. Em caso de alteração de função deverá anexar as folhas de alterações da CTPS onde consta a promoção, mudança de função, com todos os dados necessários a avaliação;

d. Será aceita a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) emitida por meio eletrônico, desde que satisfaça todas as exigências citadas acima e possua código de autenticação verificável;

II- Cópia de contrato de serviço/trabalho, discriminando o tempo de serviço prestado (início e fim) e a função/atividade desenvolvida. O contrato deverá estar **com firmas reconhecidas**, exceto as estabelecidas com órgão da Administração Pública, os quais ficam desobrigados do reconhecimento de firma;

III- Certidão de Tempo de Serviço Público informando o período efetivamente trabalhado (início e fim) e a função/cargo exercido, quando a atividade profissional tiver sido exercida em **órgão público municipal, estadual ou federal;** e

IV- Na prestação de serviço como Autônomo: apresentação de contrato de trabalho firmado entre as partes e reprodução/cópia de Recibo de Pagamento Autônomo (RPA), sendo pelo menos, o primeiro e o último recibo que informe o período (início e fim);

Art 90 - Não será aceita declaração/certidão, de qualquer tipo, como comprovação de experiência profissional, exceto a Certidão de Tempo de Serviço Público do que trata o inciso III do Art 89. nem períodos de trabalho sobrepostos, mesmo em instituições/órgãos diferentes;

Art 91 - Não será aceita comprovação de experiência profissional diferente das elencadas nos incisos de I a IV Art 89 , nem experiência profissional na qualidade de proprietário e/ou sócio de empresa.

Art 92 - O tempo passado em exercício de atividade voluntária, monitoria de bolsa de estudo, extensão, estágios de qualquer tipo, formação em graduação, pós-graduação (doutorado, mestrado, especialização), residência de qualquer tipo, participação em congressos, simpósios, colóquios, conferências, palestras, projetos, trabalhos de grupos e/ou campo e participação em grupos de pesquisa de formação, aperfeiçoamento ou extensão, não serão aceitos, de forma alguma como comprovação de experiência profissional.

Art 93 - A atividade de docência em qualquer modalidade (professor/instrutor/preceptor/monitor) não será considerada como experiência profissional, por não ser o objetivo da seleção nas especialidades requeridas neste Aviso de Convocação.

5. EXERCÍCIO DE ATIVIDADE PROFISSIONAL – MILITAR

Art 94 - Para fins de comprovação da função exercida e o tempo de serviço militar prestado, somente serão consideradas as informações registradas em Certidão de Tempo de Serviço Público fornecida pela Organização Militar onde serviu (modelo anexo “Q”), constando o posto/graduação, a função exercida e o período efetivamente trabalhado, desempenhado até o dia anterior a abertura das inscrições do presente Aviso de Convocação, desde que tenham pertinência com a área postulada, sejam prestadas, como técnico no nível médio e, após concluído o curso de formação que habilita ao exercício da função.

Art 95 - As Folhas de Alterações ou de assentamentos, Certificados de Reservistas, Cópias de Boletim Interno, Diplomas de Honra ao Mérito e quaisquer outros documentos diferentes do previsto no Art 94 serão desconsiderados caso sejam apresentados, pois não suprem e não servem como Certidão de Tempo de Serviço Público, fornecida pela Organização Militar onde serviu.

6. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

Art 96 - Na comprovação de experiência profissional civil e militar, para todos os candidatos inscritos, será considerado o tempo expresso em dia, conforme tabela de pontuação constante do **Art 101**, **não sendo considerado o tempo de atividade sobreposto.**

Art 97 - Somente será aceita experiência profissional, seja civil ou militar, no mínimo, exercida como técnico em nível médio, ou nível superior correspondente, para as áreas elencadas no presente Aviso de Convocação.

Art 98 - Todo documento que esteja em língua estrangeira deverá ser acompanhado de versão em português, feita por tradutor juramentado.

Art 99- Será **eliminado** do processo seletivo, na fase de Avaliação Curricular, o(a) candidato(a) que no momento da inscrição:

I - Deixar de anexar o diploma de curso técnico em nível médio ou superior, com todas as informações legíveis e com todos dados necessários à sua perfeita avaliação, inclusive frente e verso, no campo Habilitação da Ficha de Inscrição;

II - Deixar de anexar no campo “Habilitação” da Ficha de Inscrição, à frente e verso dos diplomas de cursos complementares considerados **indispensáveis para o exercício do cargo**, conforme requisitos mínimos exigidos no **Anexo “O1”** do presente Aviso de Convocação;

III - Deixar de anexar à frente e o verso da carteira do registro no respectivo conselho, ordem de profissionais ou órgão equivalente, quando candidato a cargo que exige qualificação profissional regulamentada por lei, com data de validade vigente no campo habilitação da Ficha de Inscrição; e

IV - Deixar de anexar à certidão de regularidade junto ao respectivo Conselho Profissional ou órgão equivalente, quando candidato a cargo que exige qualificação profissional regulamentada por lei, no campo habilitação da Ficha de Inscrição.

V - Deixar de anexar no campo habilitação da ficha de inscrição, à frente e o verso do devido histórico escolar/grade curricular do curso superior apresentado em substituição ao curso técnico, nível médio, exigido para a inscrição, conforme **letras “b” e “c”, inciso IV do Art 38.**

Art 100 - O curso técnico em nível médio ou superior de formação, os cursos complementares e o exercício da atividade profissional informada no ato da inscrição, para serem pontuados deverão:

- I.** pertencer a área postulada pelo candidato;
- II.** ser posterior a formação do candidato;
- III.** terem sido concluídos até o encerramento das inscrições; (no caso de experiência profissional civil e militar até o dia anterior a data de abertura das inscrições); e
- IV.** terem sido lançados na Ficha de Inscrição.

7. TABELA DE PONTUAÇÃO

Art 101 - Critérios de pontuação do presente processo seletivo:

1. Cursos Complementares Cíveis: (máximo de 3 (três) diplomas)	Pontuação admitida
a. Cursos Complementares elencados no Anexo "P" (será aceito 1 diploma por curso elencado no Anexo P, sendo no máximo de três cursos no total)	1,0 por diploma
b. demais Cursos Complementares pertencentes a área postulada não elencados no Anexo "P" (máximo de 3 (três) diplomas)	0,5 por diploma
2. Certificação na área de informática (computada somente para candidatos a STT da área de informática) (Máximo de 3 certificações)	Pontuação admitida
a. Somente serão aceitas e pontuadas as seguintes certificações, exclusivas para área de Tecnologia da Informação: - Certificação ITIL/Microsoft/LPI - Certificação Java - Certificação PHP: Zend Cerfied PHP Engineer Certication , PHP Developer Certificate, da W3Schools iMasters Certified Professional PHP – Boas Práticas	1,0 por diploma
3. Atividade profissional Civil/Militar: (posterior ao curso de formação)	Pontuação admitida por dia trabalhado
a. atividade profissional no meio civil e militar exercida na área postulada, devendo estar bem claro na documentação comprobatória, conforme os incisos I a IV do Art 89 (Civil) e Art 94 (Militar).	Fator = 00.01 (a)

(a) multiplicando-se o fator pelos nº de dias, se o nº resultante da terceira casa decimal for maior que cinco será arredondado para cima. 1º Exemplo: 290 dias x 00,01 fator = **2,90** 2º Exemplo: 365 dias x 00,01 fator = 3,65 .

Art 102 - Os títulos/graus/diplomas, cursos e exercício de atividade profissional somente são considerados dentro da área que o candidato postula, constante neste Aviso de Convocação para a Seleção ao Serviço Militar Temporário.

CAPITULO IV

RESULTADO DA AVALIAÇÃO CURRICULAR E RECURSOS DA FASE DE AVALIAÇÃO CURRICULAR

Art 103 - Após a divulgação do resultado da Avaliação Curricular será concedido o prazo **de três dias úteis** para que o candidato **participante da fase** interponha recurso, a fim de oportunizar a entrega de documento que implicou em perda de pontos na Avaliação Curricular e/ou que motivou a eliminação do processo seletivo. O modelo e locais de entrega dos recursos deverão seguir o previsto no **Anexo "K", Art 160 e 163 do Título IV - RECURSOS** e as orientações da publicação do resultado da fase de Avaliação Curricular.

Art 104 - O candidato participante nesta fase tomará conhecimento da Avaliação Curricular acessando sua Ficha de Inscrição Eletrônica, **com login e senha cadastrada na inscrição**. Clicando no campo **IMPRIMIR**

FICHA, o candidato tomará ciência do motivo da perda de pontuação em cada campo da avaliação (**CURSOS COMPLEMENTARES E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**) e/ou da eliminação do processo seletivo (Campo **HABILITAÇÃO**).

Art 105 - **Os candidatos eliminados**, além dos motivos de eliminação exposto na ficha de inscrição, deverão, ainda, **tomar conhecimento de todos os demais campos avaliados (CURSOS COMPLEMENTARES E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL)**, a fim de ao impetrarem recurso, o façam com todas as comprovações necessárias para reavaliação da Nota Global.

Art 106 - Somente serão considerados os documentos relativos à geração da pontuação automática, por ocasião do preenchimento da Ficha de Inscrição Eletrônica. Não serão aceitos documentos que porventura aumentem **a nota virtual atribuída pelo sistema**. Em hipótese alguma a nota virtual atribuída pelo sistema, por ocasião do preenchimento da ficha de inscrição, poderá ser aumentada nesta fase.

Art 107 - Os recursos deferidos nesta fase implicarão em reposicionamento na classificação do certame, a qual será publicada na página eletrônica da 7ª RM.

Art 108 - Não serão considerados os recursos que derem entrada **fora do prazo estipulado no Art 103**, assim como enviados pelos correios, fax, internet, ou outros meios, **conforme previsto no Art 161 e, em desacordo com o locais de protocolo e horários previstos no Art 163 deste Aviso de Convocação**.

Art 109 - O recurso, após análise de seu pleito, será considerado: **“deferido”, “deferido Parcial” ou “indeferido”**, tendo como base para julgamento de seu mérito, **as regras estabelecidas neste Aviso de Convocação**, o resultado será divulgado na página eletrônica da 7ª RM destinada aos processos seletivos, após decorrido o prazo de protocolo e estudo do recurso. O recurso julgado **“indeferido”** (inclusive a parte indeferida do recurso considerado Deferido Parcial) constitui a última instância na esfera administrativa, esgotando-se a possibilidade de impetração de novo embargo que trate do mesmo assunto.

CAPITULO V

INSPEÇÃO DE SAÚDE (IS)

1. FINALIDADE

Art 110 - Visa avaliar se o(a) candidato(a) apresenta condições de saúde compatíveis ao serviço ativo no Exército Brasileiro. Serão chamados para a Inspeção de Saúde (IS) e prosseguirão no processo seletivo o quantitativo considerado, pelo Comandante da 7ª RM, suficiente para concorrer às vagas disponibilizadas, dentre os candidatos aptos na fase de Avaliação Curricular.

Art 111 - Terá caráter **eliminatório** e o resultado será expresso por conceito (**Apto/Inapto ou Eliminado**).

2. LOCAL DE EXECUÇÃO

Art 112 - Será realizada de forma presencial segundo listagem de candidatos divulgada no endereço eletrônico: <https://7rm.eb.mil.br/index.php/processos-seletivos-ott-stt-2018/item/97-processo-seletivo-stt-20244>, em datas, períodos e condições constantes no **Art 215** Cronograma Inicial de Atividades para incorporação e nos locais abaixo designados:

UF	Inscritos para Guarnições	Local da inspeção de saúde
PE	RECIFE	Hospital Militar de Área – HMAR Rua do Hospício, 563 - Boa Vista
PE	GARANHUNS	71º Batalhão de Infantaria Motorizado BR 423 - KM 96 - Heliópolis
PE	PETROLINA	72º Batalhão de Infantaria Motorizado Av. Doutor Cardoso de Sá, S/Nr - Vila Eduardo
PE	SÃO BENTO DO UNA	A Definir
AL	MACEIÓ	Posto Médico da Guarnição de Maceió – PMGu Avenida Fernandes Lima 1970
PB	JOÃO PESSOA	Hospital de Guarnição de João Pessoa – H Gu JP Avenida Presidente Epitácio Pessoa, 2121 – Estados
PB	CAMPINA GRANDE	31º Batalhão de Infantaria Motorizado Rua Quinze de Novembro, 100 -Palmeira
RN	NATAL	Hospital de Guarnição de Natal – H Gu N Avenida Hermes da Fonseca, 1385 - Tirol
RN	CAICÓ	1º Batalhão de Engenharia de Construção Rua Tonheca Dantas, 463 - Penedo.

Art 113 - O(A) candidato(a), por ocasião da apresentação para a Inspeção de Saúde:

I - deverá portar traje de banho (sungá/biquíni) para tal atividade;

II -o(a) candidato(a) militar deverá realizar a IS ou ISGR em trajes civis.

3. DOS EXAMES

Art 114 – O (A) candidato(a), por ocasião da Inspeção de Saúde, deverá apresentar os exames complementares, datados, no máximo, **de até 60 (sessenta) dias** de antecedência da data prevista para inspeção de saúde, conforme lista a seguir, com os respectivos laudos:

- I** - Radiografia dos campos pleuro-pulmonares;
- II** - Sorologia para Lues e HIV;
- III** - Sorologia para doença de chagas;
- IV** - Hemograma completo, coagulação e VHS;
- V** - Tipagem sanguínea e fator RH;
- VI** - Parasitológico de fezes;
- VII** - Sumário de urina;
- VIII**- Eletroencefalograma;
- IX**- Perfil imunológico para hepatites virais (A, B e C):
 - a. Tipo A: Anti- HVA IGM;
 - b. Tipo B: HbsAg + Anti - Hbs; e
 - c. Tipo C: Anti HVC.
- X**- Uréia e creatinina;
- XI** - Parecer oftalmológico (acuidade visual com e sem correção, refração, biomicroscopia, fundo de olho, tonometria, motilidade e senso cromático);
- XII** - Glicemia de jejum;
- XIII**- Radiografia panorâmica da arcada dentária;
- XIV** - Radiografia panorâmica da coluna vertebral (cervical, torácica e lombo-sacra, PA mais Perfil), com medida de ângulos de Cobb e Ferguson;
- XV**- Colpocitologia oncótica (candidatas sexo feminino);
- XVI** – Radiografia dos ombros (laudo e imagem);
- XVII**- Radiografia panorâmica dos joelhos MMII (membros inferiores, com escanometria), em AP, englobando bacia/joelho/tornozelo (laudo e imagem);
- XVIII**- Teste de acuidade auditiva (audiometria com laudo);
- XIX**- Teste de gravidez sanguíneo (BHCG), somente para as candidatas do sexo feminino;
- XX** - Teste ergométrico;
- XXI** - Exame toxicológico de larga escala (queratina: cabelo, pelos ou unhas) para detecção de drogas ilícitas, no período mínimo de 90 (noventa) dias (as drogas a serem pesquisadas abrangerão, no mínimo: Canabinoides e derivados; Cocaína e derivados, incluindo crack e merla; anfetaminas; metanfetaminas; ecstasy (MDMA e MDA); opiáceos, incluindo morfina, codeína, 6-acetilmorfina (heroína), oxicodine; hidromorfina e hidrocodona)

XXII - Laudo Psicológico para porte de armamento; realizado por psicólogos credenciados pela Polícia Federal, com parecer sobre a saúde mental do (a) candidato (a) em atividade que envolve o uso de armamento;

XXIII – Lista de verificação de exames para inspeção de saúde. (Anexo “N”), esta declaração deverá ser entregue na ocasião da inspeção de saúde, como primeiro item.

Art 115 - O(A) candidato(a) deverá estar de posse de todos os exames exigidos nos Art 114 I e XXIII, por ocasião da apresentação para a inspeção de saúde. A juntada incompleta de exames será recusada pela JISE/MPGu¹. Caso haja falta de qualquer exame exigido, o(a) candidato(a) não será submetido à inspeção de saúde, sendo considerado **desistente e eliminado(a)** do processo seletivo.

Art 116 - Caso haja necessidade, o médico poderá solicitar, ainda, exames suplementares específicos, para verificar a existência ou não de alguma patologia.

4. DAS CAUSAS DE INAPTIDÃO

Art 117 - São considerados parâmetros e causas de **inaptidão física**, por motivo de saúde:

I- Para ambos os sexos:

a. As doenças constantes do Anexo II às Instruções Gerais para a Inspeção de Saúde dos Conscritos - IGISC (Dec nº 60.822, de 7 de junho de 1967, com as modificações contidas nos Dec nº 63.078, de 5 agosto de 1968 e nº 703, de 22 de dezembro 1992), no que couber;

b. Peso desproporcional à altura, tomando-se por base a diferença de mais de 10 (dez) entre a altura (número de centímetros acima de um metro) e o peso (em quilogramas), para candidatos com altura inferior a 1,75 m, e de mais de 15 (quinze), para os candidatos de altura igual ou superior a 1,75 m;

c. Reações sorológicas positivas para sífilis, doença de Chagas ou Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (SIDA), sempre que, afastadas as demais causas da positividade, confirmem a existência daquelas doenças;

d. Taxa glicêmica anormal;

e. Campos pleuro-pulmonares anormais, inclusive os que apresentarem vestígios de lesões graves anteriores;

f. Hérnias, quaisquer que seja sua sede ou volume;

g. Albuminúria ou glicosúria persistentes;

h. Audibilidade inferior a 35 (trinta e cinco) decibéis ISO, nas frequências de 250 a 6000 C/S, em ambos os ouvidos. Na impossibilidade da audiometria, a não percepção da voz cochichada à distância de 5m, em ambos os ouvidos;

i. Doenças contagiosas crônicas da pele;

- j. Cicatrizes que, por sua natureza e sede, possam, em face de exercícios peculiares, vir a motivar qualquer perturbação funcional ou ulcerar-se;
- k. Ausência ou atrofia de músculos, quaisquer que sejam as causas;
- l. Imperfeita mobilidade funcional das articulações e, bem assim, quaisquer vestígios anatômicos e funcionais de lesões ósseas ou articulares anteriores;
- m. Hipertrofia média ou acentuada da tireóide, associada ou não aos sinais clínicos de hipertireoidismo;
- n. Anemia com hemoglobinometria inferior a 12 g/dl;
- o. Pés planos espáticos e demais deformidades dos pés, incompatíveis com o exercício das atividades militares;
- p. Tensão arterial sistólica superior a 140 mmHg e diastólica superior a 90 mmHg, medidas em ambos os membros superiores, na posição sentada ou deitada, em, pelo menos, três verificações, com intervalos de 10 minutos;
- q. Distúrbios da fala;
- r. Desvios da coluna, configurando escoliose com ângulo de Cobb superior a 12º (doze graus), ou cifose com ângulo de Cobb superior a 40º (quarenta graus), ou lordose com ângulo de Ferguson superior a 48º (quarenta e oito graus);
- s. Anomalia no comprimento dos membros inferiores, com encurtamento de um dos membros maior que 15 mm (quinze milímetros);
- t. Varizes acentuadas de membros inferiores;
- u. Acuidade visual menor que 0,3 (20/67), em ambos os olhos, sem correção, utilizando-se a escala de Snellen, desde que, com a melhor correção possível, por meio do uso de lentes corretoras ou realização de cirurgias refrativas, não se atinja índices de visão igual a 20/30 em ambos os olhos, tolerando-se os seguintes índices: 20/50 em um olho, quando a visão no outro for igual a 20/20; 20/40 em um olho, quando a visão no outro for igual a 20/22; e 20/33 em um olho, quando a visão no outro for igual a 20/25. A visão monocular, com a melhor correção possível, será sempre incapacitante; e
- v. A existência de tatuagem no corpo do(a) candidato(a) que afete a honra pessoal, o pundonor militar ou o decoro exigido aos integrantes das Forças Armadas, conforme previsto no Estatuto dos Militares, configura-se em motivo **para eliminação do candidato** ao Serviço Militar Temporário, como por exemplo as que apresentem símbolos e/ou inscrições alusivos a: I - ideologias terroristas ou extremistas; II - práticas contrárias às instituições democráticas; III - prática da violência; IV - apologia ao crime; V - discriminação ou preconceitos de raça, credo, sexo ou origem; VI - ideias ou atos libidinosos; e VII - ideias ou atos ofensivos às Forças Armadas.

II- Para candidatos do sexo masculino:

- a. Altura inferior a 1,60m; e

b. Hidrocele.

III- Para candidatos do sexo feminino:

a. Altura inferior a 1,55m; e

b. As seguintes condições gineco-obstétricas:

1) gigantomastia;

2) neoplasias malignas de mama;

3) doença inflamatória pélvica crônica;

4) cistite recorrente;

5) sangramento genital anormal rebelde ao tratamento;

6) endometriose;

7) dismenorreia secundária;

8) doença trofoblástica;

9) prolapso genital;

10) fístulas do trato genital feminino;

11) anomalias congênitas dos órgãos genitais externos; e

12) neoplasias malignas dos órgãos genitais externos e internos.

c. Outras afecções ginecológicas que determinem perturbações funcionais incompatíveis com o desempenho das atividades militares; e

d. Gravidez em qualquer fase da gestação.

5. DA CANDIDATA GESTANTE

Art 118 - Candidatas gestantes não podem ser incorporadas para o EBST, devido às atividades militares serem desenvolvidas, observando-se que:

I - Caso seja chamada para a IS alguma candidata gestante, esta não prossegue no processo seletivo, sendo convocado o candidato classificado em seguida;

II - A candidata gestante chamada para realizar Inspeção de Saúde deverá comparecer a referida fase apresentando somente o exame que comprove o estado de gravidez e, neste caso, não será emitido parecer por parte da Junta de Inspeção de Saúde Especial (JISE), sendo divulgado como resultado: **“atestado estado de gravidez”**;

III - No caso de novas convocações, no prazo de validade do mesmo certame, a candidata gestante preterida, cessado o impedimento causado pela gravidez, tem precedência sobre os candidatos remanescentes, devendo informar, mediante recurso encaminhado a coordenação do processo seletivo, que está em condições de prosseguir no certame. Caso isso não ocorra, a candidata não terá direito à preterição. A candidata deverá realizar nova Inspeção de Saúde (IS) e caso seja aprovada será submetida ao

Exame Aptidão Física (EAF), e Seleção Complementar, **desde que haja vaga**, observados, ainda, todos os requisitos para a incorporação;

- a. O termo **cessar o impedimento causado pela gravidez**, não significa simplesmente a realização do parto, mas visa a preservação da integridade física da candidata, em decorrência do tempo necessário para recuperação (resguardo, lactação), em virtude das exigências de esforço físico para realizar o EAF e, principalmente, atividades de instrução militar do Estágio, a qual será submetida.

IV - Caso não haja mais convocações para a especialidade, por encerramento do certame, a candidata gestante preterida na IS, cessado o impedimento causado pela gravidez, pode retornar ao processo seletivo imediatamente subsequente, e, para isto:

a. Deve se inscrever no certame imediatamente posterior, o que caracteriza sua intenção de retornar ao processo de seleção e, informar mediante recurso encaminhado a coordenação do processo seletivo, que está inscrita no certame. **Caso isso não ocorra, a candidata não terá direito à preterição**;

b. Não se submete a nova avaliação curricular (Inspeção de Saúde, Exame de Aptidão Física e Seleção Complementar são obrigatórios) e tem precedência sobre os demais candidatos, para a mesma área postulada no certame anterior, **desde que haja vaga**, observados todos os requisitos para a incorporação.

6. PRESCRIÇÕES DIVERSAS PARA A INSPEÇÃO DE SAÚDE

Art 119 - A realização dos exames complementares, listados nos incisos **I a XXIX do Art 114**, deste Aviso de Convocação, todos datados de no máximo **60 (sessenta) dias antes da data prevista para a Inspeção de Saúde**, bem como eventuais exames suplementares, será de responsabilidade do interessado;

Art 120 - **Não haverá segunda chamada** para a Inspeção de Saúde ou para a Inspeção de Saúde em Grau de Recurso para o(a) candidato(a) chamado por meio de publicação na página eletrônica da 7ª RM, e que não comparecer à Inspeção de Saúde, ou comparecer em data e horários diferentes daqueles fixados, ou não apresentar os resultados dos exames complementares e os respectivos laudos exigidos **nos incisos I a XXIX do Art 114** será considerado(a) **desistente e eliminado(a) do processo seletivo**;

Art 121 - Caso o(a) candidato(a) já pertença ao serviço ativo do Exército, os exames complementares poderão ser substituídos pela Ata de Inspeção de Saúde para Permanência no Serviço Ativo. A apresentação da documentação se dará na data e local da realização da Inspeção de Saúde.

CAPITULO VI

INSPEÇÃO DE SAÚDE EM GRAU DE RECURSO

Art 122- O (A) candidato(a) julgado inapto na Inspeção de Saúde, poderá dar entrada junto ao Presidente da CSE da guarnição para a qual se inscreveu, a solicitação de Inspeção de Saúde em Grau de Recurso (ISGR), conforme modelo de requerimento, constante do anexo "K", apresentando **fundamentação**

científica (novos laudos, exames, parecer de especialista) e no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data da divulgação do resultado da Inspeção de Saúde;

Art 123 - A Inspeção em Grau de Recurso não visa proporcionar nova oportunidade para os candidatos que faltaram a Inspeção de Saúde ordinária ou deixaram de apresentar laudos/exames previstos no **Art 114** e seus respectivos subitens, os quais foram considerados **eliminados** do processo seletivo.

Art 124 – Os candidatos cujos recursos forem deferidos serão chamados para a realização da ISGR, na data prevista no Calendário Inicial de Atividades, devendo, nesta oportunidade, apresentar à Junta de Inspeção de Saúde de Recursos, **a devida fundamentação científica** que embase o seu pleito.

Art 125 - **Não haverá segunda chamada** para a Inspeção de Saúde em Grau de Recurso, a referida inspeção é a última instância na esfera administrativa, para atestar as condições de hígidez do candidato, esgotando-se a possibilidade de impetração de novo embargo.

Art 126 - **O (a) candidato (a) será considerado (a) eliminado (a) do processo seletivo nesta fase, ao recair em uma das seguintes situações:**

- I. ser considerado **inapto** na Inspeção;
- II. ser chamado por meio de publicação na página eletrônica da 7ª RM, e **não comparecer a referida Inspeção;**
- III. comparecer a Junta de Recursos em **data e horários diferentes daqueles fixados na página da 7ª RM;**
- IV. não apresentar **a devida fundamentação científica** a Junta de Recursos, que embase o seu pleito.

Art 127 - Os locais de realização da Inspeção de Saúde em Grau de Recursos (ISGR) são os seguintes:

Candidatos inscritos para Guarnições	Local da Inspeção de Saúde Grau Recurso
MACEIÓ-AL, RECIFE-PE, PETROLINA-PE, GARANHUNS-PE, SÃO BENTO DO UNA-PE	Hospital Militar de Área do Recife – HMAR Rua do Hospício, 563 - Boa Vista - Recife/PE
JOÃO PESSOA-PB e CAMPINA GRANDE-PB	Hospital de Guarnição de João Pessoa – H Gu JP Av. Presidente Epitácio Pessoa, 2121, Estados - João Pessoa/PB
NATAL-RN e CAICÓ-RN	Hospital de Guarnição de Natal – H Gu N Av. Hermes da Fonseca, 1385 – Tirol- Natal/RN

CAPITULO VII
EXAME DE APTIDÃO FÍSICA (EAF)

1. FINALIDADE

Art 128 - Visa avaliar se o(a) candidato(a) está apto(a) a desempenhar atividades físicas militares, mínimas, no Exército Brasileiro. Será chamado para participar desta fase o quantitativo de candidatos considerado, pelo Comandante da 7ª Região Militar, suficiente para concorrer às vagas disponibilizadas, dentre os aptos na Inspeção de Saúde.

Art 129 - Terá caráter **eliminatório** e o resultado será expresso por conceito (**Apto, Inapto ou Eliminado**).

2. LOCAL DE EXECUÇÃO

Art 130 - Será realizada de forma presencial na CSE da guarnição para onde se inscreveu, segundo listagem de candidatos divulgada no endereço: <https://7rm.eb.mil.br/index.php/processos-seletivos-ott-stt-2018/item/97-processo-seletivo-stt-20244> em datas, períodos e condições constantes no **Art 215**. Cronograma Inicial de Atividades para incorporação” e no local abaixo designado:

UF	Candidatos inscritos para Guarnição	Local da realização do exame de aptidão física
PE	RECIFE	Base Administrativa do Curado - Av. Visconde de São Leopoldo, 198 - Várzea
PE	SÃO BENTO DO UNA	10ª Companhia de Engenharia de Combate Rodovia PE 180, KM 05 - Distrito Industrial
PE	GARANHUNS	71º Batalhão de Infantaria Motorizado BR 423 - KM 96 - Heliópolis
PE	PETROLINA	72º Batalhão de Infantaria Motorizado Av. Doutor Cardoso de Sá, S/Nr - Vila Eduardo
RN	NATAL	16º Batalhão de Infantaria Motorizado Av. Hermes da Fonseca, 1355 - Tirol
RN	CAICÓ	1º Batalhão de Engenharia de Construção Rua Tonheca Dantas, 463 - Penedo
PB	JOÃO PESSOA	15º Batalhão de Infantaria Motorizado Av. Cruz das Armas, 281 - Cruz das Armas
PB	CAMPINA GRANDE	31º Batalhão de Infantaria Motorizado Rua Quinze de Novembro, 100 - Palmeira
AL	MACEIÓ	59º Batalhão de Infantaria Motorizado Av. Fernandes Lima 1970 – Maceió

3. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO EXAME DE APTIDÃO FÍSICA (EAF)

Art 131 - O(A) candidato(a), por ocasião da apresentação:

I- deverá conduzir tênis, traje para atividade física e material de higiene (toalha, sabonete, etc.). A colocação do traje para atividade física deverá ser feita somente no local de realização do exame.

II- O(a) candidato(a) militar deverá realizar o EAF em trajes civis.

Art 132 - O estado de gravidez deverá ser, obrigatoriamente, comunicado pela candidata ao Chefe da Comissão de Aplicação do Exame de Aptidão Física. Problemas decorrentes da falta de comunicação serão de responsabilidade exclusiva da candidata.

Art 133 - Será disponibilizado o período de três dias para que o candidato se apresente para realizar o exame. Não haverá segunda chamada para realizar o EAF. O(A) candidato(a) que faltar ao exame, ou que não vier a completá-lo, qualquer que seja o motivo, ou comparecer em data e horários diferentes daqueles fixados na publicação da página eletrônica da 7ª RM será **eliminado** (a) do Processo Seletivo.

Art 134 – Os candidatos deverão estar atentos que após o horário previsto para o início da atividade, conforme data e horário estabelecido na página eletrônica da 7ª RM, os portões serão fechados, **os atrasados não terão acesso ao local do EAF, sendo o candidato Eliminado do processo seletivo, caso não realize o EAF, no período disponibilizado para apresentação no horário estabelecido.**

Art 135 - As tarefas estabelecidas para o Exame de Aptidão Física serão realizadas em movimentos sequenciais padronizados, de forma ininterrupta, conforme demonstração que será feita nos dias e locais da avaliação, (as figuras constantes nas folhas seguintes são meramente ilustrativas):

- a. flexão abdominal, sem limite de tempo;
- b. flexão de braços sobre o solo, sem limite de tempo; e
- c. corrida livre, no tempo de doze minutos.

Art 136 - Na página eletrônica da 7ª Região Militar encontram-se vídeos apresentando a execução de cada exercício físico, exigido no processo de seleção.

Art 137 – As tarefas serão realizadas, no mesmo dia, conforme os seguintes índices mínimos:

I - para os candidatos do sexo masculino:

Abdominal	Flexão de Braços	Corrida (12 min)
20	10	1.800 m

II - para os candidatos do sexo feminino:

1º dia		2º dia
Abdominal	Flexão de Braços	Corrida (12 min)
14	6	1.600m

Art 138 - As condições de execução das tarefas são:

1. Executar flexões abdominais (pernas flexionadas), sem limite de tempo.

a. traje: esportivo; e

b. posição inicial: em decúbito dorsal, joelhos flexionados, braços cruzados sobre o peito e com as mãos nos ombros opostos.

1) Execução:

(a) 1º tempo: flexionar o tronco até retirar as escápulas do solo conforme **Fig. 01**; e

(b) 2º tempo: retorno à posição inicial conforme **Fig 02**



(Fig. 01)

(Fig. 02)

II - Executar **flexões de braços**, sem limite de tempo.

a. **Para os candidatos do sexo masculino:**

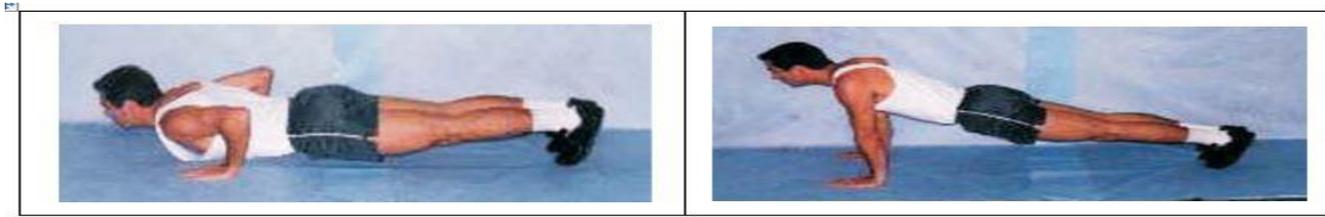
1) traje: esportivo;

2) posição inicial: apoio de frente sobre o solo, braços e pernas paralelos e estendidos, mãos voltadas para frente (na direção do comprimento); sem apoio dos joelhos no solo;

3) o candidato realizará sucessivas flexões de braço, abaixando o tronco e as pernas ao mesmo tempo, flexionando os braços paralelamente ao corpo até que o cotovelo ultrapasse a linha das costas, ou o corpo encoste no solo. Estenderá, então, os braços, erguendo simultaneamente, o tronco e as pernas até que os braços fiquem totalmente estendidos, quando será completada uma repetição, conforme **Fig. 03 e 04 abaixo**;

4) as flexões deverão ser ininterruptas;

5) o ritmo das flexões, sem paradas, é opção do candidato.



(Fig. 03)

(Fig. 04)

b. Para as candidatas do sexo feminino:

1) traje esportivo;

2) posição inicial: apoio de frente, com apoio de joelhos, sobre o solo com as mãos e os joelhos paralelos e estendidos, mãos voltadas para frente (na direção do comprimento);

3) a candidata realizará sucessivas flexões de braço abaixando o tronco e as pernas ao mesmo tempo, flexionando os braços paralelamente ao corpo até que o cotovelo ultrapasse a linha das costas, ou o corpo encoste no solo. Estenderá, então, os braços, erguendo simultaneamente, o tronco e as pernas até que os braços fiquem totalmente estendidos, quando será completada uma repetição, conforme **Fig. 05 e 06** abaixo;

4) as flexões deverão ser ininterruptas; e

5) ritmo das flexões, sem paradas, é opção da candidata;



(Fig. 05)

(Fig. 06)

III - Executar *corrida livre*, no tempo de 12 (doze) minutos.

a. traje esportivo;

b. em pista ou circuito de piso regular e plano;

c. admitem-se eventuais paradas ou a execução de trechos em marcha;

d. não é permitido auxílio externo ao candidato que estiver executando a prova;

e. é permitida a utilização de qualquer tipo de tênis.

4. PRESCRIÇÕES DIVERSAS PARA O EXAME DE APTIDÃO FÍSICA (EAF)

Art 139 - Durante a realização do Exame de Aptidão Física, será permitido executar 02 (duas) tentativas em cada uma das tarefas, com intervalos de 01 (uma) hora para descanso, excetuando-se a tarefa de corrida de 12 (doze) minutos, que deverá ser realizada com intervalo mínimo de 01 (um) dia;

Art 140 – O candidato reprovado, mesmo após as duas tentativas, em qualquer uma das tarefas, tem direito a uma última tentativa, em data determinada pela comissão de aplicação do exame de aptidão física, não podendo ser ultrapassado o último dia previsto para a realização do EAF;

Art 141 – Para a realização da tentativa prevista no **Art 140** o candidato deve solicitá-la, por escrito, ao chefe da Comissão de Aplicação do Exame de Aptidão Física;

Art 142 - A solicitação prevista no **Art 140**, deverá ser entregue no mesmo turno, local e dia, em que o candidato tenha sido considerado inapto na segunda tentativa;

Art 143- Os resultados do Exame de Aptidão Física serão registrados em Ata, constando, também, a relação dos reprovados e faltosos;

Art 144 - Durante a realização do EAF os candidatos não poderão estar acompanhados por outras pessoas além dos integrantes da Comissão de Aplicação;

Art 145 - O Exame de Aptidão Física constitui mera avaliação das condições mínimas de higidez física dos candidatos. Em caso de posterior incorporação o(a) candidato(a) deverá estar ciente que será exigido padrão de desempenho físico superior, de acordo com a legislação específica do Comando do Exército que regula o Teste de Avaliação Física (TAF), realizado três vezes ao ano;

Art 146 - O EAF será gravado e o respectivo registro será conservado até 01 (um) ano após o final do certame; e

Art 147 - Ao candidato que pertença ao serviço ativo do Exército Brasileiro, bastará a comprovação do conceito mínimo “B” na realização do último Teste Avaliação Física (TAF), desde que efetivamente realizado **há menos de 90 (noventa dias)** da data prevista para a realização do EAF. Para tanto, por ocasião da realização do EAF, o militar deverá entregar ao Presidente da Comissão de Seleção Especial, cópia do Boletim Interno que publicou o resultado do seu último TAF.

CAPITULO VIII

SELEÇÃO COMPLEMENTAR

1. FINALIDADE

Art 148 – Os candidatos classificados dentro do número de vagas disponíveis serão chamados para a realização da seleção complementar. A fase tem caráter eliminatório e será realizada em datas, períodos e condições constantes no **Art 215** Cronograma Inicial de Atividades, tendo por finalidade a entrega da documentação do convocado e a verificação dos aspectos médico, físico, psicológico e moral. **O resultado será expresso pelo conceito apto ou inapto.**

2. LOCAL DE EXECUÇÃO

Art 149 - Os locais de realização serão as OM designadas para a realização da 1ª fase do EBST. Em princípio são os seguintes locais para realização da fase:

UF	Candidatos inscritos para Guarnição	Local da realização da seleção complementar e Estágio STT
AL	MACEIÓ	59º Batalhão de Infantaria Motorizado Av. Fernandes Lima 1970
PE	RECIFE	4º Batalhão de Polícia do Exército, Rodovia BR 232, KM 6, Curado (1ª Incorporação)
		4º Batalhão de Comunicações, Rodovia BR 101, KM 73, Tejipió.(2ª Incorporação)
PE	PETROLINA	72º Batalhão de Infantaria Motorizado Av. Doutor Cardoso de Sá, S/Nr - Vila Eduardo
PE	GARANHUNS	71º Batalhão de Infantaria Motorizado BR 423 - KM 96 - Heliópolis
PE	SÃO BENTO DO UMA	10ª Companhia de Engenharia de Combate Rodovia PE 180, KM 05 - Distrito Industrial
PB	JOÃO PESSOA	15º Batalhão de Infantaria Motorizado R- José Clementino de Oliveira -186-Miramar-
PB	CAMPINA GRANDE	31º Batalhão de Infantaria Motorizado R- Quinze de Novembro, 100 - Palmeira
RN	NATAL	17º Grupo de Artilharia e Campanha R- Cel. Flaminio,S/N-Santos Reis
RN	CAICÓ	1º Batalhão de Engenharia de Construção Rua Tonheca Dantas, 463 - Penedo

Art 150 - O candidato deverá apresentar os resultados de exames utilizados na fase da Inspeção de Saúde e as cópias dos documentos devidamente encadernada (capa plástica e espiral), numerados, rubricados, em todas as folhas e na sequência discriminada no Anexo B deste Aviso Convocação.

Art 151 - O segmento feminino deverá apresentar **um novo exame beta HCG** (sangue) atualizado **em até 15 (quinze) dias antes da apresentação** para a seleção complementar, tendo em vista a 1ª Fase do EBST.

Art 152 - A não apresentação ou comprovação de documentos previstos no **Anexo "B"** deste Aviso Convocação, pelo candidato, acarretará sua **ELIMINAÇÃO** deste processo de Seleção.

Art 153 - A ocorrência de qualquer alteração, nas esferas criminal e cível, nas certidões fornecidas pela Justiça Federal, Estadual ou Militar, que implique em desabono a conduta militar ilibada, a ética profissional

militar e o decoro da classe, previstos Artigo 28, da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 80, acarretará **na eliminação do candidato** (a).

Art 154 - Os candidatos possuidores de CDI ou Certificado de Reservista deverão entregá-los por ocasião da apresentação para Seleção complementar, os quais deverão ser recolhidos pela OM formadora.

I - O(A) candidato (a) militar deverá realizar a Seleção Complementar em trajes civis.

Art 155 - Não haverá segunda chamada para a fase de seleção complementar, o(a) candidato(a) chamado por meio de publicação na página eletrônica da 7ª RM, e que não comparecer à referida fase, ou não vier a completá-la ou comparecer em data e horários diferentes daqueles fixados na publicação da página eletrônica da 7ª RM, será **eliminado (a) do Processo Seletivo.**

TÍTULO IV RECURSOS

Art 156- Após a divulgação do resultado de cada fase do processo seletivo na internet, no endereço eletrônico: <https://7rm.eb.mil.br/index.php/processos-seletivos-ott-stt-2018/item/97-processo-seletivo-stt-20244> o(a) candidato(a) **participante da fase** que se julgar prejudicado (a) deverá dar entrada com o recurso, pessoalmente ou por procurador constituído legalmente, conforme modelo de requerimento constante do anexo “K”, e datas **conforme datas especificadas no Art 215 Cronograma Inicial de Atividades e horários especificados no quadro constante do Art 163, ou em caso de convocação extraordinária**, até, no máximo:

I. **três dias** após a data de divulgação do resultado da **Avaliação Curricular**; e

II. **dois dias** após a data de divulgação do resultado das fases de **Inspecção de Saúde, Exame de Aptidão Física e Seleção Complementar**.

§ 1º - Os dias considerados úteis, inclusive, os horários para fins de contagem de prazo para protocolo do recurso estão especificados no Quadro do Art 163 (Local e Horário).

Art 157 - Os recursos da fase de Avaliação Curricular deverão seguir as determinações previstas nos Art 103 a 109 deste Aviso de Convocação, além das previstas no Título IV- RECURSOS.

Art 158- Os candidatos deverão estar cientes que o recurso visa indicar possíveis erros cometidos pela administração, em qualquer fase do processo seletivo. Em razão do Aviso de Convocação se constituir a lei entre as partes interessadas, (Administração e o candidato inscrito), qualquer solicitação deverá estar devidamente fundamentada no presente instrumento convocatório, inclusive, o requerente deverá na exposição de motivos citar o(s) artigo (s) do Aviso de Convocação que sustente o seu pleito.

Art 159 - Com exceção da fase de Avaliação Curricular, o recurso não visa propiciar a correção de erros cometidos pelo candidato, nas demais fases, tampouco oportunizar entrega de documentação/laudos/exames fora dos prazos estipulados no presente Edital ou garantir a participação nas fases presenciais por falta de qualquer motivo, ou apresentação de qualquer outro pleito que esteja em desacordo com as regras do processo seletivo.

Art 160 – Os recursos deverão conter:

I - Nome completo, número de inscrição, CPF, Especialidade, Endereço;

II - Objeto do pedido do recurso; e

III- Exposição fundamentada, acompanhada de documentação comprobatória que fundamente o recurso (extrato de material didático, laudo médico, exames clínicos, etc.).

Art 161 - Serão desconsiderados os recursos que não atenderem o previsto nos incisos I, II e III do **Art 160** e não estiverem redigidos de acordo com o modelo previsto no **Anexo K**.

Art 162 - Não serão aceitos recursos por via postal, fax ou pela Internet.

LOCAL DE PROTOCOLO

Art 163 - O candidato entregará o recurso pessoalmente (ou por procurador legalmente constituído para este fim) na CSE da guarnição para onde se inscreveu, sendo de sua exclusiva responsabilidade e conta o deslocamento para a guarnição pleiteada. As Comissões de Seleção funcionarão nos seguintes endereços e horários abaixo discriminados:

Candidatos inscritos para Guarnição	Organização Militar	Endereço	Local e Horário
RECIFE	Base Administrativa do Curado	Av. Visconde de São Leopoldo, 198 - Várzea.	No Protocolo-Geral (2ª a 5ª Feira das 09h00min às 11h30min e das 13h00min às 15h 45min e nas 6ª Feira, das 08h00min às 11h 45min)
SÃO BENTO DO UNA	10ª Companhia de Engenharia de Combate	B Rodovia PE 180, KM 05 - Distrito Industrial - São Bento do Una/PE	
GARANHUNS	71º Batalhão de Infantaria Motorizado	BR 423 - KM 96 -Heliópolis - Garanhuns/PE	
PETROLINA	72º Batalhão de Infantaria Motorizado	Av. Doutor Cardoso de Sá, S/Nr - Vila Eduardo – Petrolina/PE	

Candidatos inscritos para Guarnição	Organização Militar	Endereço	Local e Horário
JOÃO PESSOA	Comando do 1º Grupamento de Engenharia	Avenida Epitácio Pessoa, 2205 - Tambauzinho - João Pessoa/PB	
CAMPINA GRANDE	31º Batalhão de Infantaria Motorizado	Rua Quinze de Novembro, 100 - Palmeira – Campina Grande/PB	
NATAL	Comando da 7ª Brigada de Infantaria Motorizada	Av. Hermes da Fonseca, 1415 - Tirol – Natal/RN	
CAICÓ	1º Batalhão de Engenharia de Construção	Rua Tonheca Dantas, 463 - Penedo – Caicó/RN	
MACEIÓ	59º Batalhão de Infantaria Motorizado	Av. Fernandes Lima, 1970 - Farol – Maceió/AL	

Art 164 - O recurso, após análise de seu pleito, será considerado: “**deferido**”, “**deferido Parcial**” ou “**indeferido**”, tendo como base para julgamento de seu mérito, **as regras estabelecidas neste Aviso de Convocação**, o resultado será divulgado na página eletrônica da 7ª RM destinada aos processos seletivos, após decorrido o prazo de protocolo e estudo do recurso. O recurso julgado “**indeferido**” (inclusive a parte considerada **indeferida** do recurso Deferido Parcial) constitui a última instância na esfera administrativa, esgotando-se a possibilidade de impetração de novo embargo que trate do mesmo assunto.

Art 165 - Não será aceito e considerado o recurso impetrado fora dos prazos estipulados nos incisos I. e II. do **Art 156**, após a divulgação do resultado da fase do processo seletivo na internet, no endereço eletrônico: <https://7rm.eb.mil.br/index.php/processos-seletivos-ott-stt-2018/item/97-processo-seletivo-stt-20244>

TITULO V

CAUSAS DE ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO

Art 166 - O(A) candidato(a) será eliminado da seleção se, mesmo **por motivo de força maior**:

§1º - Deixar de anexar, no campo de “Habilitação” da Ficha de Inscrição, **à frente e o verso** do diploma de formação Técnica em Nível Médio ou Superior, exigido para a área a qual se inscreveu;

§2º – Anexar diploma de formação no campo de “Habilitação” da Ficha de Inscrição com dados ilegíveis que dificultem a sua perfeita avaliação;

§3º - **Deixar de anexar** no campo de “Habilitação” da Ficha de Inscrição, **a frente do diploma de formação** exigido para a área pretendida;

§4º - **Deixar de anexar** no campo de “Habilitação” da Ficha de Inscrição, **o verso do diploma de formação** exigido para a área pretendida;

§5º - Apresentar diploma de formação não pertencente à área a qual o candidato está inscrito;

§6º - Apresentar Declaração de Conclusão de Curso de Formação, com data superior a 90 (noventa) dias antes do dia inicial de abertura das inscrições do presente processo seletivo;

§7º- Apresentar Declaração de Conclusão de Curso complementar(es) considerado(s) indispensável(eis) para o exercício do cargo, conforme requisitos mínimos de habilitação exigidos no Anexo “O1” do presente Aviso de Convocação; com data superior a 90 (noventa) dias antes do dia inicial de abertura das inscrições do presente processo seletivo;

§8º - Deixar de anexar no campo “Habilitação” da Ficha de Inscrição, **à frente e verso** do(s) curso(s) complementar(es) considerado(s) indispensável(eis) para o exercício do cargo, conforme requisitos mínimos de habilitação exigidos no Anexo “O1” do presente Aviso de Convocação;

§9º - Deixar de anexar no campo “Habilitação” da Ficha de Inscrição, **à frente** do(s) curso(s) complementar(es) considerado(s) indispensável(eis) para o exercício do cargo, conforme requisitos mínimos de habilitação exigidos no Anexo “O1” do presente Aviso de Convocação;

§10º - Deixar de anexar no campo “Habilitação” da Ficha de Inscrição, **o verso** do(s) curso(s) complementar(es) considerado(s) indispensável(eis) para o exercício do cargo, conforme requisitos mínimos de habilitação exigidos no Anexo “O1” do presente Aviso de Convocação;

§11 - Anexar diploma(s) de curso complementar, considerado(s) indispensável(eis) para o exercício do cargo, no campo de “Habilitação” da Ficha de Inscrição, com dados ilegíveis que dificultem a sua perfeita avaliação;

§12 - **Deixar de anexar à frente e o verso** da carteira do registro no respectivo conselho, ordem de profissionais de classe ou órgão equivalente, com data de validade vigente, quando candidato a cargo que exige qualificação profissional regulamentada por Lei, no campo de habilitação da Ficha de Inscrição;

§13 - Deixar de anexar à frente da carteira do registro no respectivo conselho, ordem de profissionais de classe ou órgão equivalente, com data de validade vigente, quando candidato a cargo que exige qualificação profissional regulamentada por Lei, no campo de habilitação da Ficha de Inscrição;

§14 - Deixar de anexar o verso da carteira do registro no respectivo conselho, ordem de profissionais de classe ou órgão equivalente, com data de validade vigente, quando candidato a cargo que exige qualificação profissional regulamentada por Lei, no campo de habilitação da Ficha de Inscrição;

§15 – Apresentar carteira do respectivo conselho com data de **validade vencida**;

§16 – Apresentar carteira do respectivo conselho com dados ilegíveis que dificultem a identificação.

§17 - Deixar de anexar a Certidão de regularidade junto ao respectivo Conselho Profissional ou órgão equivalente de qualificação profissional regulamentada por Lei, no campo habilitação da Ficha de Inscrição.

§18 – Apresentar **Certidão de regularidade junto ao respectivo Conselho Profissional** ou órgão equivalente de qualificação profissional regulamentada por Lei, com data de Expedição **superior a 90 (noventa) dias da data de encerramento das inscrições.**

§19 - Apresentar Certidão de regularidade junto ao respectivo Conselho Profissional ou órgão equivalente de qualificação profissional regulamentada por Lei, **com data de validade vencida**;

§20 - Apresentar Certidão de regularidade junto ao respectivo Conselho Profissional ou órgão equivalente de qualificação profissional regulamentada por Lei, com dados ilegíveis que dificultem a identificação;

§21 - Apresentar Certidão de regularidade junto ao respectivo Conselho Profissional ou órgão equivalente de qualificação profissional regulamentada por Lei, faltando data de validade ou data de expedição, ou assinatura da autoridade expedidora ou, ainda, qualquer dado que impossibilite a verificação de sua autenticidade;

§22- Apresentar **Certidão de regularidade junto ao respectivo Conselho Profissional** constando pendências ou débitos junto ao respectivo conselho de classe;

§23- Apresentar **Certidão de regularidade junto ao respectivo Conselho Profissional** constando penalidades ou infrações junto ao respectivo conselho de classe;

§24- Incluir declarações/dados não verdadeiros durante a inscrição;

§25 - Não apresentar os laudos dos exames, no todo, por ocasião da Inspeção de Saúde e/ou da Inspeção de Saúde em Grau de Recurso;

§26 - Faltar ou não concluir a Inspeção de Saúde;

§27 – Faltar ou não concluir a Inspeção de Saúde em Grau de Recurso;

§28 – For considerado inapto na Inspeção de Saúde ou na Inspeção de Saúde em Grau de Recurso;

§29 - Agir com incorreção ou descortesia, para com qualquer membro da equipe encarregada da aplicação das fases do processo seletivo;

§30 - For responsável por falsa identificação pessoal;

§31- For surpreendido utilizando-se de meios não permitidos, utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer fase do processo seletivo;

§32 - O(A) candidato(a) que faltar ao EAF ou não vier a completá-lo;

§33 - Obter conceito inapto no EAF

§34 - Não atender às prescrições do presente Aviso de Convocação;

§35 - Ter sido licenciado conforme prescrevem os Incisos II e III do Art 185, Inciso I e II do § 2º do Art 185 ou Art 190 da Portaria nº 407-Departamento-Geral do Pessoal, de 25 de julho de 2022 (Normas Técnicas para Prestação do Serviço Militar Temporário - (EB30-N-30.009), 2ª Edição, 2022);

§36- Não possuir os requisitos de idoneidade moral e bons antecedentes de conduta, compatíveis com a situação de militar do Exército Brasileiro, previstos na Lei nº 6.880, de 9 dezembro de 1980;

§37 - **A desistência** do candidato(a), em qualquer fase do processo seletivo, a qual deverá ser apresentada por escrito, conforme modelo do Anexo "L";

§38 - O(A) candidato(a) inscrito(a) e selecionado(a) para qualquer fase do processo seletivo que não comparecer a quaisquer eventos previstos **no Cronograma Inicial de Atividades ou a uma futura chamada para a convocação do cadastro de reserva;**

§39 - O não cumprimento de uma das fases fixadas neste Aviso de Convocação, a falta e a não conformidade de alguma informação ou documentação.

§40- O não atendimento, mesmo que em parte, dos requisitos específicos considerados **mínimos e indispensáveis de habilitação para o exercício do cargo postulado**, conforme exigido no Anexo "O" do presente Aviso de Convocação.

§41 – possuir mais de **84 (oitenta e quatro) meses**, contínuos ou ininterruptos, de serviço militar prestado as Forças Armadas e/ou Auxiliares.

§42– Faltar à fase de Seleção Complementar, não concluí-la ou ausentar-se antes de sua conclusão;

§43 – Apresentar na fase de Seleção Complementar problema nos aspectos documental, psicológico ou moral que contraindique a sua incorporação.

§44 – For considerado **inapto** na revisão médica realizada na fase de Seleção Complementar, conforme parecer médico exarado, nos termos do **Art 189**, deste instrumento convocatório.

§45 - Não apresentar a documentação completa constante do Anexo "B", por ocasião da fase de Seleção Complementar.

§46 - Apresentar qualquer alteração, nas esferas criminal e cível, das certidões negativas fornecidas pela Justiça Federal, Estadual ou Militar, que implique em desabono a conduta militar ilibada, a ética profissional militar e o decoro da classe, previstos no Artigo 28, da Lei nº 6.880, de 09 DEZ 80.

§47 - Incidir em um ou mais casos previstos **no inciso VI, do Art 38.**

§48 - Incidir em um ou mais casos previstos nos incisos **VII, VIII e XIX do Art 38.**

§49 - Possuir 41 anos de idade ou mais, na data da incorporação.

TITULO VI
INCORPORAÇÃO AO EXÉRCITO BRASILEIRO

Art 167 - A data de incorporação na 1ª fase do EBST, prevista no Cronograma Inicial de Atividades, será igual para todos os candidatos aptos na Seleção Complementar. O candidato 3º Sgt Reservista será reincorporado **diretamente na OM onde desempenhará suas funções como 3º Sargento Técnico Temporário, na mesma data prevista para o início da 1ª fase do EBST.**

Art 168 - Os candidatos convocados para incorporação que façam parte do quadro societário de empresa privada deverão atentar para o Art 29 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), o qual prevê: **“ao militar da ativa é vedado comerciar ou tomar parte na administração ou gerência de sociedade ou dela ser sócio ou participar, exceto como acionista ou quotista, em sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada”.**

Art 169 - Após a incorporação, o candidato declarado 3º Sargento Técnico Temporário fica compelido a permanecer na Força Terrestre por um período de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar da data da incorporação, podendo requerer o licenciamento a pedido, desde que tenha cumprido 6 (seis) meses do contrato ao qual se obrigou (Art 121 da Lei nº 6.880, de 9 Dez 80).

Art 170 - O candidato já designado para ser incorporado, caso não se apresente até as **16h 00min** do dia da incorporação será considerado desistente. Facultar-se-á ao Comando da 7ª RM autorizar a substituição desse candidato por outro, mediante nova convocação, se houver no cadastro de reserva candidato apto a incorporação imediata, ou seja, aquele aprovado em todas as fases da seleção e, neste caso, sendo chamado o selecionado que obteve a classificação imediatamente posterior ao considerado desistente, respeitada as exigências das especialidades. Esta nova convocação será disponibilizada, via publicação, no endereço eletrônico: **<https://7rm.eb.mil.br/index.php/processos-seletivos-ott-stt-2018/item/97-processo-seletivo-stt-20244>**

Art 171 - Sendo o candidato incorporado, deverá manter o seu registro ativo junto ao seu respectivo Conselho ou Ordem de profissionais.

Art 172 - O Serviço Militar não poderá ser cumulativo com qualquer cargo, emprego ou função pública, na Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, exceto os casos previstos no Art. 37, Inciso XVI, da Constituição Federal de 1988, quando houver compatibilidade de horários.

Art 173 - Os candidatos servidores ou empregados públicos de qualquer dos entes da Administração Pública direta, indireta, autarquia ou fundacional, deverão se desvincular dos respectivos órgãos antes da data da incorporação prevista, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal.

TITULO VII
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art 174 - Havendo desistência de candidato (a) convocado(a), facultar-se-á ao Comando da 7ª Região Militar substituí-lo, convocando o(a) candidato(a) seguinte, de acordo com a classificação geral dentro da área/habilitação.

Art 175 - O(A) candidato(a) inscrito atestará sua submissão às exigências do respectivo processo de seleção nas fases, não lhe assistindo direito ao ressarcimento de qualquer natureza decorrente do insucesso no processo seletivo, por irregularidades/inconsistências nas documentações apresentadas, desistência ou não aproveitamento por falta de vaga.

Art 176 - Conforme estabelecido no **Art 23 e 24** no que tange a **convocação anual para o serviço militar voluntário**, o cadastro de reserva deste processo seletivo terá validade até a data da segunda incorporação, prevista para ocorrer até o mês de Julho 2024, quando se extinguirá ou com a abertura de novas inscrições para as mesmas especialidades constantes neste Aviso de Convocação.

Art 177 - O(A) candidato(a) selecionado(a) e incorporado(a) ficará ciente de que, ao final de cada ano de serviço, poderá vir a ser licenciado, caso algum militar de “carreira ou temporário”(tenha sido classificado na OM), no mesmo cargo, ou caso não exista interesse da Administração Militar em prorrogar o seu tempo de serviço.

Art 178 - O(A) candidato(a) incorporado(a), após seu licenciamento, passará à condição de reservista do Exército Brasileiro, ficando sujeito à mobilização em caso de necessidade.

Art 179 - Fica estabelecida como critério classificatório para todos os fins, a ordenação de pontos obtida, a partir do resultado da Avaliação Curricular procedida pela Comissão de Avaliação Curricular.

Art 180 - Em caso de igualdade de condições, na seleção, deve ser observada a seguinte prioridade para a incorporação:

- a. 1ª prioridade - praças da ativa temporárias;
- b. 2ª prioridade - civis reservistas de 1ª categoria;
- c. 3ª prioridade - civis reservistas de 2ª categoria;
- d. 4ª prioridade - civis não enquadrados nas 2ª e 3ª prioridades acima:
 - 1) os de maior idade.

Art 181 - Dentro de cada universo citado da 1ª a 3ª prioridade do **Art 180** deve ser respeitada a precedência hierárquica, prevista na Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980.

Art 182 - O critério de desempate será aplicado após o EAF, visando à chamada para a seleção complementar.

Art 183 – O (A) candidato(a) designado(a) para a incorporação realizará a 1ª fase do Estágio Básico de Sargento Técnico Temporário (EBST) em uma Organização Militar (OM) previamente designada pela 7ª RM que poderá ser distinta da localidade de onde realizou o processo seletivo.

Art 184 - Após a incorporação, os critérios de antiguidade e precedência hierárquica dos convocados seguirão o previsto no Art 17 da Lei nº 6.880, de 9 Dez 80.

Art 185 - Os candidatos só poderão concorrer dentro da área postulada se possuírem a habilitação exigida, não podendo ser suprida por outra área de habilitação.

Art 186 - As áreas/habilitações técnicas disponíveis e as localidades para Inscrição encontram-se, respectivamente, distribuídas, respectivamente, nos anexos “O1 e “O2” deste Aviso de convocação.

Art 187 - A divulgação oficial das informações referente a este processo seletivo dar-se-á, **exclusivamente**, no seguinte endereço eletrônico: <https://7rm.eb.mil.br/index.php/processos-seletivos-ott-stt-2018/item/97-processo-seletivo-stt-20244>

Art 188- A seleção para o Estágio Básico de Sargento Técnico Temporário (EBST) poderá ser revogada a qualquer momento, por conveniência administrativa.

Art 189 - Antes da incorporação, o candidato é submetido a uma revisão médica na OM designada pela RM para a realização da 1ª Fase do Estágio, caso seja constatada alguma alteração clínica que comprometa a incorporação, o candidato deverá ser encaminhado ao Médico Perito da Guarnição (MPGu) ou Junta de Inspeção de Saúde da Guarnição (JISG), visando a ratificação (ou retificação) do parecer anteriormente emitido e demais providências decorrentes.

Art 190 - O(A) militar temporário do Exército Brasileiro poderá participar do processo seletivo, para isso deverá cumprir o previsto nos Art 61, 62 e 185 da Portaria nº 407-Departamento-Geral do Pessoal, de 25 de julho de 2022.

Art 191 - Caso não exista na cidade/guarnição candidato inscrito ou tenha esgotado o cadastro de reserva de candidatos inscritos na especialidade com previsão de vaga, poderá ser chamado um candidato, da mesma especialidade, inscrito em outra cidade/guarnição, desde que voluntário e apto à vaga, obedecendo à classificação geral de todos os candidatos inscritos no certame para a mesma especialidade e, seguindo os mesmos critérios previstos neste Aviso de Convocação. Nesse caso a Seleção Complementar e a 1ª Fase do Estágio Básico de Sargento Temporário será realizada na guarnição da área/habilitação vacante, nos termos e condições expressas no **Art 206** deste instrumento convocatório.

Art 192 - A designação para a guarnição vacante, por voluntário (s), seguirá os seguintes procedimentos:

I - será publicada na página da 7ª RM, a relação de classificação geral dos candidatos da especialidade vacante, dentre os aptos em todas as fases da seleção, em todas as guarnições;

II - após a publicação da classificação geral, os candidatos voluntários deverão preencher a declaração de voluntariado (Anexo “R”) e entregá-la na sede da CSE de sua guarnição de inscrição, seguindo o prazo estipulado na página da 7ª RM;

III - decorrido o prazo de entrega da declaração será publicada na página da 7ª RM, a relação dos candidatos voluntários, por ordem decrescente de nota;

IV - o candidato que não entregar a declaração de voluntariado, **no local e prazo determinado** na publicação da página da 7ª RM, será considerado **desistente da vaga**; e

V - será (ão) chamado (s) para a fase de Seleção Complementar o (s) candidato (s) voluntário (s) de maior nota geral, na especialidade vacante, que após ser aprovado em todas as fases anteriores, satisfizer o previsto no inciso II deste inciso.

Art 193 - Os casos omissos deverão ser remetidos, analisados e solucionados, em qualquer fase do processo, pelo Comando da 7ª Região Militar.

Art 194 - É reservado ao Comandante da 7ª Região Militar o direito de convocar, para as fases de Avaliação Curricular, Inspeção de Saúde, Exame de Aptidão Física e Seleção Complementar, ou quantitativo de candidatos que considerar suficiente para concorrer às vagas disponibilizadas.

Art 195 - Todas as fases do processo seletivo serão divulgadas na página eletrônica da 7ª Região Militar, competindo ao candidato acompanhar, **por meio da internet**, todas as publicações, as quais se relacionam à inscrição, chamada para a Avaliação Curricular, Inspeção de Saúde, Exame de Aptidão Física, e Seleção Complementar ou outras convocações que se fizerem necessárias, **recaindo sobre o candidato a responsabilidade pelo acompanhamento do processo e o comparecimento nas fases do certame**.

Art 196 - O Comando da 7ª Região Militar **não se responsabiliza** por infortúnio de qualquer natureza seja por problemas de saúde, trabalhistas, familiares, sociais, financeiros ou dificuldade de deslocamento que porventura impeça o candidato de comparecer a uma das fases, ou qualquer ato fortuito que impeça o candidato de proceder à juntada de documentação obrigatória, seja na fase de inscrição, seja nas fases presenciais, o que acarretará sua **ELIMINAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO**.

Art 197 - A data, local e hora onde ocorrerá a Entrega de Documentos, Inspeção de Saúde, Exame de Aptidão Física e Seleção Complementar constam na programação contida no **Art 215** - Cronograma Inicial de Atividades. O candidato(a) participante tomará ciência do resultado, no mesmo dia de ocorrência de cada fase. A CSE fará o registro em ATA, a qual o(a) candidato(a) assinará a ciência do resultado.

Art 198 - O candidato deverá registrar sua assinatura na lista de presença, em todas as fases do processo seletivo, de acordo com aquela constante de seu documento de identidade ou equivalente.

Art 199 - Os candidatos inscritos neste processo seletivo, automaticamente, autorizam a investigação de sua vida pregressa pela comissão do processo seletivo para verificar quaisquer impedimentos para a seleção, notadamente, os que dizem respeito à esfera penal.

Art 200 - Com o propósito de verificar se o(a) candidato(a) preenche os requisitos de idoneidade moral e de bons antecedentes de conduta para o ingresso no Exército Brasileiro, será feita uma verificação biográfica por meio de consultas à Secretaria de Segurança Pública Estadual;

Art 201 - Não serão fornecidos atestados, cópias de documentos, certificados ou certidões relativos à classificação, pontuação ou informações de qualquer natureza a respeito de candidatos inscritos, aprovados ou eliminados, haja vista a publicidade dos atos inerentes ao certame estarem disponíveis na página eletrônica da 7ª Região Militar, <https://7rm.eb.mil.br/index.php/processos-seletivos-ott-stt-2018/item/97-processo-seletivo-stt-20244>

Art 202 - Todos os registros de eventos ocorridos durante o processo seletivo ficarão arquivados, no mínimo por cinco anos, admitidos arquivos eletrônicos ou a microfilmagem, sendo incinerados os documentos físicos, após este período.

Art 203 - Fica autorizada a realização da IS, do EAF e Seleção Complementar nos candidatos aptos na Avaliação Curricular, ainda não convocados, em qualquer data posterior a incorporação, desde que haja interesse da 7ª Região Militar e ocorra ainda na vigência deste Aviso de Convocação.

Art 204 - Poderão ser publicadas relações complementares, a critério do Comandante da 7ª Região Militar, quando a quantidade de candidatos aprovados, após a primeira convocação de pré-selecionados, for considerada insuficiente, pela SSMR/7, para concorrer às próximas fases do processo seletivo.

Art 205 - Caso venha a surgir vaga seguindo-se os critérios previstos no **Art 192** para determinada área, não prevista neste Aviso de Convocação, ou em localidade que não disponha de candidatos aprovados ou inscritos, a mesma poderá ser ocupada por voluntário de melhor pontuação dentre todas as Guarnições.

Art 206 - O candidato que for apto em todas as fases e for selecionado, voluntariamente, para a localidade que escolheu **ou concordar em ser convocado para localidade diversa**, realizará seu deslocamento para o local de destino **por conta própria e sem ônus para o Exército Brasileiro**.

Art 207 - O chamamento previsto no **Art 205** ocorrerá por meio de publicação na página eletrônica da 7ª Região Militar, destinada ao processo seletivo.

Art 208 - Cabe exclusivamente ao candidato a responsabilidade de acompanhar, **via internet**, no endereço eletrônico da 7ª Região Militar, a publicação das chamadas para fases e eventos do processo seletivo. **A 7ª Região Militar fica desobrigada de contatar (seja por e-mail, telefone, etc.) com os candidatos selecionados para qualquer fase, sendo de inteira responsabilidade dos mesmos acompanhar o andamento do processo.**

Art 209 - Para outras informações relevantes que porventura não constem neste Aviso de Convocação, o candidato deverá enviar solicitação para o e-mail [faleconosco7rm@gmail.com], **informando obrigatoriamente, os seguintes dados, sob pena de não ter a solicitação atendida:**

- 1 – Nome completo;
- 2 – Número do CPF;
- 3 – Número de inscrição do candidato no processo seletivo (obrigatório apenas para os inscritos que já tenham realizado inscrição);

4 - Área de Interesse/Especialização para a qual está inscrito ou pretende se inscrever (conforme consta no **Anexo "01"** deste Edital e na própria Ficha de Inscrição Eletrônica);

5 – Informar o (artigo, inciso e etc) do Aviso de Seleção, objeto da solicitação de informação; e

6 - **Não serão atendidas solicitações por intermédio de ligações telefônicas ou por outro e-mail** diferente do disponibilizado no **Art 209** e, sem as informações dos dados previstos nos seus subitens.

Art 210 - Havendo necessidade de eventuais alterações deste instrumento convocatório, serão realizadas as respectivas retificações através de aditamento, com a devida publicação, caso em que não importará na revogação do presente Aviso.

Art 211 - Ao término da 1ª fase do estágio, a designação para OM de 2ª fase será realizada pelo Comando da 7ª RM, considerando o perfil profissional dos concludentes, as necessidades e peculiaridades das Organizações Militares de destino vacantes.

Art 212 - O candidato selecionado e incorporado deverá estar ciente de que, ao final de cada 12 (doze) meses de serviço, poderá ser licenciado, caso:

- a. não haja interesse da Organização Militar em que serve em prorrogar o seu tempo de serviço;
- b. não atinja os requisitos físicos e funcionais necessários à prorrogação, conforme legislação em vigor;
- c. complete o limite máximo de permanência no serviço ativo do EB (oito anos);
- d. venha a atingir a idade limite de permanência no serviço ativo (quarenta e cinco anos) no decorrer da prorrogação requerida; e
- e. a vaga para qual o candidato foi convocado seja preenchida por militar de carreira ou seja extinta do Quadro de Cargos Previstos (QCP) da OM.

Art 213 A desistência do processo seletivo deverá ser apresentada presencialmente pelo candidato (a), conforme modelo do **Anexo L**, nas seguintes condições:

- a. por ocasião ao comparecimento de qualquer fase presencial a qual estiver convocado (Inspeção de Saúde, Exame de Aptidão Física ou Seleção complementar);
- b. a qualquer momento na CSE de sua guarnição de inscrição, conforme endereço elencado no **Art 163**.

Art 214 - Os anexos são parte integrante deste Aviso de Convocação

TITULO VII
CRONOGRAMA INICIAL DE ATIVIDADES

Art 215 - Cronograma Inicial de Atividades para incorporação prevista para ocorrer em 1º de fevereiro de 2025:

Ord	EVENTO	DATA/ PERÍODO	LOCAL
01	Inscrição no processo seletivo - STT	De 01 de AGO a 12 AGO 24 (até 15:00 h) horário do Recife	Endereço eletrônico https://7rm.eb.mil.br/index.php/processos-seletivos-ott-stt-2018/item/97-processo-seletivo-stt-20244
02	Divulgação dos Inscritos com Pontuação Inicial Gerada pelo Sistema	14 AGO 24	Endereço eletrônico https://7rm.eb.mil.br/index.php/processos-seletivos-ott-stt-2018/item/97-processo-seletivo-stt-20244
03	Divulgação dos candidatos que terão sua documentação analisada pela Comissão de Avaliação Curricular	25 SET 24	Endereço eletrônico https://7rm.eb.mil.br/index.php/processos-seletivos-ott-stt-2018/item/97-processo-seletivo-stt-20244
04	Divulgação dos resultados da Avaliação Curricular	30 SET 24	Endereço eletrônico https://7rm.eb.mil.br/index.php/processos-seletivos-ott-stt-2018/item/97-processo-seletivo-stt-20244
05	Recurso da Avaliação Curricular	01 a 03 OUT 24	CSE GUARNIÇÃO PARA ONDE SE INSCREVEU
06	Publicação dos Resultados dos Recursos da Fase de Avaliação Curricular	18 OUT 24	Endereço eletrônico https://7rm.eb.mil.br/index.php/processos-seletivos-ott-stt-2018/item/97-processo-seletivo-stt-20244
07	Divulgação dos candidatos convocados para Inspeção de Saúde	28 OUT 24	Endereço eletrônico https://7rm.eb.mil.br/index.php/processos-seletivos-ott-stt-2018/item/97-processo-seletivo-stt-20244
08	Realização da Inspeção de Saúde	25 a 28 NOV 24	Endereço eletrônico https://7rm.eb.mil.br/index.php/processos-seletivos-ott-stt-2018/item/97-processo-seletivo-stt-20244

09	Resultado Inspeção de Saúde	06 DEZ 24	Endereço eletrônico https://7rm.eb.mil.br/index.php/processos-seletivos-ott-stt-2018/item/97-processo-seletivo-stt-20244
10	Recurso da Inspeção de Saúde	09 e 10 DEZ 24	CSE GUARNIÇÃO PARA ONDE SE INSCREVEU
11	Divulgação dos candidatos convocados para Inspeção de Saúde em Grau de Recurso	03 JAN 25	Endereço eletrônico https://7rm.eb.mil.br/index.php/processos-seletivos-ott-stt-2018/item/97-processo-seletivo-stt-20244
12	Inspeção de Saúde em Grau de Recurso	08 JAN 25	Endereço eletrônico https://7rm.eb.mil.br/index.php/processos-seletivos-ott-stt-2018/item/97-processo-seletivo-stt-20244
13	Resultado Inspeção de Saúde em Grau de Recurso	09 JAN 25	Endereço eletrônico https://7rm.eb.mil.br/index.php/processos-seletivos-ott-stt-2018/item/97-processo-seletivo-stt-20244
14	Divulgação dos candidatos convocados para o EAF	10 JAN 25	Endereço eletrônico https://7rm.eb.mil.br/index.php/processos-seletivos-ott-stt-2018/item/97-processo-seletivo-stt-20244
15	Realização do Exame de Aptidão Física (EAF)	13 a 15 JAN 25	Endereço eletrônico https://7rm.eb.mil.br/index.php/processos-seletivos-ott-stt-2018/item/97-processo-seletivo-stt-20244
16	Divulgação do resultado do Exame de Aptidão Física (EAF)	17 JAN 25	Endereço eletrônico https://7rm.eb.mil.br/index.php/processos-seletivos-ott-stt-2018/item/97-processo-seletivo-stt-20244
17	Recurso Exame de Aptidão Física (EAF)	20 e 21 JAN 25	Endereço eletrônico https://7rm.eb.mil.br/index.php/processos-seletivos-ott-stt-2018/item/97-processo-seletivo-stt-20244
18	Publicação das vagas disponíveis para Incorporação	23 JAN 25	Endereço eletrônico https://7rm.eb.mil.br/index.php/processos-seletivos-ott-stt-2018/item/97-processo-seletivo-stt-20244
19	Divulgação dos candidatos Convocados para Seleção	23 JAN 25	Endereço eletrônico https://7rm.eb.mil.br/index.php/processos-seletivos-ott-stt-2018/item/97-processo-seletivo-stt-20244

	Complementar		2018/item/97-processo-seletivo-stt-20244
20	Seleção Complementar	24 e 27 JAN 25	Organização Militar formadora - 1ª fase
21	Resultado da Seleção Complementar	28 JAN 25	Endereço eletrônico https://7rm.eb.mil.br/index.php/processos-seletivos-ott-stt-2018/item/97-processo-seletivo-stt-20244
22	Recurso Seleção complementar	29 e 30 JAN 25	Endereço eletrônico https://7rm.eb.mil.br/index.php/processos-seletivos-ott-stt-2018/item/97-processo-seletivo-stt-20244
23	Divulgação dos Candidatos convocados para Incorporação	31 JAN 25	Endereço eletrônico https://7rm.eb.mil.br/index.php/processos-seletivos-ott-stt-2018/item/97-processo-seletivo-stt-20244
24	Incorporação/Reincorporação	1º FEV 25	Organização Militar formadora - 1ª fase
25	Sgt Reservistas Dispensados de frequentar o EBST	1º FEV 25	OM de destino - 2ª Fase
26	Encerramento 1ª Fase	17 MAR 25	Organização Militar formadora - 1ª fase
27	Início 2ª Fase do EBST e Apresentação na OM destino 2ª Fase	18 MAR 25	Organização Militar formadora - 2ª fase (§1º do Art. 61 da Port Nr 407-DGP, DE 25 JUL 22)

ANEXOS:

- “A” - Lista de documentos para inscrição.
- “B” - Lista de Verificação de Documentos para Seleção Complementar.
- “C” - Modelo de Declaração de Voluntariado para Prestação de Serviço Militar Temporário/Serviço Militar Especialista Temporário.
- “D” - Modelo de Declaração de Tempo de Serviço Público Anterior à Incorporação/Reincorporação.
- “E” - Modelo de Declaração de Residente em Município Diverso da Sede da OM de Incorporação.
- “F” - Modelo de Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público.
- “F1” - Modelo de Declaração de Investidura em Cargo Público.
- “G” - Modelo de Declaração de Residência.
- “H” - Modelo de Declaração de Ciência da Necessidade de Informação do Estado de Gravidez (somente para o segmento feminino).
- “I” - Modelo de Currículo Profissional.
- “J” - Modelo de Parecer Favorável do Cmt/Ch/Dir de OM para Participação em Processo Seletivo ao Serviço Militar Temporário/Serviço Militar Especialista Temporário (somente para candidatos militares).
- “K” - Modelo de Requerimento para Recursos.
- “L” - Modelo de Declaração de Desistência.
- “M” - Modelo de Declaração de Ciência de Exercício de Cargo/Função Inferior ao da Formação para Convocação como Sargento Técnico Temporário (STT).
- “N” - Modelo de lista de verificação de exames para a inspeção de saúde.
- “O1” - As áreas/habilitações técnicas disponíveis
- “O2” - Localidades para inscrição e Quadro de Vagas por Especialidade e Localidade.
- “P” - Certificações/Cursos Complementares Considerados.

“Q” - Modelo de Certidão de Tempo de Serviço para Comprovação de Experiência Profissional Militar.

“R” - Modelo Declaração de Voluntariado para Designação em Guarnição diferente de sua Sede de Inscrição.

DOCUMENTO ORIGINAL ASSINADO E ARQUIVADO NA SSMR/7

Gen Div ROGÉRIO CETRIM DE SIQUEIRA
Comandante da 7ª Região Militar



**LISTA DE DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO
PROCESSO SELETIVO 2024.4**

Ord	Documento
1	Preencher os dados pessoais, especialidade e Guarnição. (Dados cadastrais)
2	Diploma /Certificado/Declaração de Conclusão de nível técnico. (Obrigatório)
3	Carteira do registro no respectivo conselho, ordem de profissionais ou órgão equivalente com data de validade vigente, caso a profissão seja regulamentada por lei. (Obrigatório para áreas que exigem previstas no Anexo O1)
4	Certidão de regularidade junto ao respectivo Conselho Profissional, ordem de profissionais ou órgão equivalente com data de validade vigente, caso a profissão seja regulamentada por lei. Obrigatório para áreas que exigem previstas no Anexo O1)
5	Diploma de Cursos Complementares. (Pontuação conforme Art 101)
6	Comprovação da experiência profissional Civil ou Militar (Pontuação conforme Art 101)

ANEXO B – MODELO DE LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA A SELEÇÃO COMPLEMENTAR



MODELO DE LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA A SELEÇÃO COMPLEMENTAR

PROCESSO SELETIVO 2024.4

INSCRIÇÃO Nº

Estágio Básico de Sargento Temporário - EBST

Área/Habilitação Técnica: _____

Nome Completo: _____

Contato (Tel Fixo e Celular): _____

E-mail: _____

(o quadro abaixo será preenchido pela Comissão de Seleção Especial, por ocasião da Entrega de Documentação)

Ord	Documento	Sim	Não
1	Lista de Verificação de Documentos para a entrevista. (Anexo “B”).		
2	FICHA DE INSCRIÇÃO gerada pelo sistema.		
3	Cópia do diploma ou certificado de conclusão do Curso Técnico em Nível Médio ou Superior juntamente com a frente e o verso da grade curricular (histórico escolar) exigido para o EBST, com carga horária compatível e reconhecido pelo Ministério da Educação (ME).		
4	Cópia da carteira do registro no respectivo Conselho ou Ordem de Profissionais, de qualificação profissional regulamentada por lei.		
5	Certidão de regularidade junto ao respectivo Conselho Profissional ou Ordem de Profissionais ou órgãos equivalentes de qualificação profissional regulamentada por lei, com data de até 01 (um) mês antes da data prevista para a fase de Entrega da Documentação.		
6	Cópia dos cursos complementares com respectiva carga horária aplicada, dentro da área que o candidato postula.		
7	Cópia da comprovação de prática profissional na área postulada, conforme os incisos I a IV do Art 89 e seus respectivos incisos.		
8	Extrato do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), fornecido pelo INSS, contendo as datas de início e término de exercício profissional com data de até 01 (um) mês antes da data prevista para a fase de Entrega da Documentação.		
9	Cópia da Carteira de Identidade.		
10	Cópia de Certidão de Casamento ou União Estável (Se for o caso).		
11	Cópia de comprovantes de dependentes (Se for o caso).		
12	Cópia de documento de situação militar: Certidão de Situação Militar, Certificado de Reservista 1ª ou 2ª categoria ou Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI), conforme o caso.		
13	Cópia de documento que comprove o comportamento militar das praças (folhas de alterações ou assentamentos).		
14	Cópia de comprovante de Residência.		
15	Declaração de Residência. (Anexo “G”).		
16	Certidão Negativa da Justiça Eleitoral.		
17	Certidões Negativas da Justiça Federal das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões (Criminal e Civil)		
18	Certidão Negativa da Justiça Militar da União.		
19	Certidão Negativa da Justiça Estadual de onde reside (Criminal, Militar e Civil) de onde reside.		
20	Declaração de Voluntariado para Prestação de Serviço Militar Temporário/Serviço Militar Especialista Temporário tendo colada uma foto 3x4 colorida recente. (Anexo “C”).		
21	Declaração de Tempo de Serviço Militar Anterior à Incorporação/Reincorporação. (Anexo “D”). (Reservistas)		

22	Declaração de Residente em Município Diverso da Sede da OM de Incorporação. (Anexo “E”).		
23	Declaração Negativa de Investidura em Cargo Público. (Anexo “F”).		
24	Declaração de Ciência da Necessidade de Informação do Estado de Gravidez. (Anexo “H”)		
25	Modelo de Currículo Profissional (Anexo I).		
26	Declaração de Ciência de Exercício de Cargo/Função Inferior ao da Formação para Convocação como Sargento Técnico Temporário (STT) (Anexo “M”).		
27	Parecer favorável do Cmt/Ch/Dir da OM, somente para militares da ativa ou integrante das Forças Auxiliares, não sendo aceito documento assinado por outra autoridade. (Anexo “J”)		
28	Candidato militar da ativa ou da reserva das Forças Armadas ou integrante de Forças Auxiliares, é obrigatória a apresentação das folhas de alterações ou certidão de assentamentos militares, relativas a todo o período de serviço , constando, no caso das praças, obrigatoriamente , a classificação do seu comportamento por ocasião da sua exclusão ou desligamento .		

.....**DESTAQUE**

COMPROVANTE DE ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO – FASE DE ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

Inscrição nº: _____ Área: _____

Nome do Candidato: _____

Responsável pelo recebimento: _____ Assinatura: _____

Entregue em _____ de _____ de 20__.

OBS: APÓS A ENTREGA, ESTA DOCUMENTAÇÃO NÃO SERÁ RESTITUÍDA AO CANDIDATO E NÃO APROVEITADA EM OUTRO PROCESSO DE SELEÇÃO.



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 7ª REGIÃO MILITAR
(Gov das Armas Prov PE/1821)
REGIÃO MATIAS DE ALBUQUERQUE

**DECLARAÇÃO DE VOLUNTARIADO PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO MILITAR TEMPORÁRIO**

Foto
3x4
(Descoberto e de
frente)

Ao Sr Comandante da 7ª Região Militar

De _____

Nome do(a) voluntário(a)

1. Declaro que sou voluntário(a) para a incorporação e prestação do Serviço Militar Temporário, como **Terceiro Sargento Técnico Temporário**, sujeitando-me, se for aceito(a), a todos os deveres e obrigações militares previstos na legislação em vigor.

2. Assumo o compromisso de prestar serviço como Estagiário(a), nas condições especificadas, por um prazo mínimo de 12 (doze) meses e no máximo de 96 (noventa e seis) meses, incluídos todos os tempos de serviço público militar, caso seja designado(a) e incorporado(a).

3. Dados informativos:

a. Data de nascimento: ____/____/____

b. Endereço: _____

c. Telefone(s): _____

d. Estado civil: _____

e. Nº Carteira de identidade / Órgão expedidor: _____

f. Filiação: _____ e _____

g. CPF nº: _____

h. Dependentes (se for o caso):

Nome completo	Parentesco

4. Estou ciente de que este Serviço Militar Temporário não poderá ser cumulativo com qualquer cargo, emprego ou função pública, ainda que da administração pública indireta, e não terei assegurado o retorno ao emprego anterior quando do meu licenciamento, tendo em vista a minha voluntariedade na prestação deste Serviço.

5. Declaro, ainda, que sou voluntário para servir em uma das Organizações Militares da 7ª Região Militar, na Cidade de _____, Estado de _____.

_____/_____, ____ de _____ de ____.
(Local e data)

Assinatura do(a) Candidato(a)



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 7ª REGIÃO MILITAR
(Gov das Armas Prov PE/1821)
REGIÃO MATIAS DE ALBUQUERQUE

DECLARAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO MILITAR ANTERIOR À CONVOCAÇÃO

Eu, _____ (nome completo),
Idt nº _____, CPF nº _____, nascido aos _____ dias do mês de
_____ de _____, filho de _____ e de
_____, declaro, para fins de comprovação junto à 7ª Região Militar,
que possuo a soma de _____ anos, _____ meses e _____ dias de Serviço Militar prestados
_____ (discriminar qual OM do Exército, Marinha, Aeronáutica ou nas Forças Auxiliares), (*se
não for o caso, preencher com zeros*) ou (*não possui*) tempo de serviço militar, anterior à minha
incorporação para o Serviço Militar, que possa ser averbado na contagem total de meu tempo de serviço.

_____/_____, _____ de _____ de _____.

(Local e data)

Assinatura do(a) candidato(a)

OBSERVAÇÃO:

1. Se o(a) candidato(a) *possui* tempo de serviço militar anterior, deverá descrever **possuo** _____ anos, _____ meses, _____ dias no documento final. Se o(a) candidato(a) *não possui* tempo de serviço militar anterior, deverá descrever **não possui** no documento final.
2. As expressões, em itálico, e as linhas **não devem ser impressas** no documento final do(a) voluntário(a), destinando-se, exclusivamente, à utilização como orientação de preenchimento da Declaração.
3. Os dados, inseridos na Declaração, devem ser **negritados** para facilitar a sua identificação e conferência.



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 7ª REGIÃO MILITAR
(Gov das Armas Prov PE/1821)
REGIÃO MATIAS DE ALBUQUERQUE

DECLARAÇÃO DE RESIDENTE EM MUNICÍPIO DIVERSO DA SEDE DA OM DE INCORPORAÇÃO

Eu, _____ (nome completo),
Idt nº _____, CPF nº _____, nascido aos _____ dias do mês de
_____ de _____, filho de _____ e de
_____, declaro como candidato(a) do processo seletivo para o **EBST**,
na área da 7ª Região Militar, assumir inteira responsabilidade em mudar de residência, por conta própria,
para a cidade de _____ (Cidade da Guarnição
concorrida), caso venha a ser
convocado(a), sem qualquer ônus para o Exército.

_____/_____, _____ de _____ de _____.
(Local e data)

Assinatura do(a) Candidato(a)

OBSERVAÇÃO:

1. As expressões, em *itálico*, e as linhas ***não devem ser impressas*** no documento final do(a) voluntário(a), destinando-se, exclusivamente, à utilização como orientação de preenchimento da Declaração.
2. Os dados, inseridos na Declaração, devem ser ***negritados*** para facilitar a sua identificação e conferência.



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 7ª REGIÃO MILITAR
(Gov das Armas Prov PE/1821)
REGIÃO MATIAS DE ALBUQUERQUE

DECLARAÇÃO NEGATIVA DE INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

1. Eu, _____ (nome completo), Idt nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos ____ dias do mês de _____ de _____, filho(a) de _____ e de _____, declaro, sob as penas da lei, para fins de comprovação junto à 7ª Região Militar, que não estarei, na data prevista para a minha incorporação ao Exército, caso esta ocorra, investido(a) em cargo público, seja ele da administração direta, indireta, autárquica ou fundacional de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios ou dos Municípios.

2. Tenho plena ciência que, caso seja incorporado (a) ao Exército e venha a exercer qualquer função pública acima especificada, simultaneamente à que ora pleiteio, serei licenciado(a), imediatamente, das fileiras do Exército, por ferir o disposto no Art 142, § 3º, inciso II, da Constituição Federal.

3. Declaro, também, para todos os fins, serem verídicas as informações fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos arts. 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e Art 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar (CPM).

_____/_____, _____ de _____ de _____
(Local e data)

Assinatura do(a) Candidato(a)

Obs: conforme inciso XX do Art 38 os profissionais de saúde e magistério podem acumular apenas um vínculo no serviço público, desde que não comprometa o horário previsto no Exército (a atividade militar prevalece como prioridade). Se for o caso, o candidato das áreas citadas deverá preencher a declaração informando qual vínculo possui.



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 7ª REGIÃO MILITAR
(Gov das Armas Prov PE/1821)
REGIÃO MATIAS DE ALBUQUERQUE**

DECLARAÇÃO DE INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO - ÁREA DE SAÚDE/MAGISTÉRIO

(CONFORME PREVÊ O INCISO XX DO ART 38)

1. Eu, _____ (nome completo), Idt nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos ___ dias do mês de _____ de _____, filho(a) de _____

e _____ declaro, sob as penas da lei, para fins de comprovação junto à 7ª Região Militar, que estarei, na data prevista para a minha incorporação ao Exército, caso esta ocorra, investido(a) em cargo público _____ (municipal, estadual, federal), na _____ (secretaria, ministério, fundação) do _____ (município e estado) de _____, exercendo o cargo de _____, com carga horária de ___ horas. 2.

Tenho plena ciência que conforme estabelecido nos incisos II e III do Art 8º e inciso XX do Art 38 do Aviso de Convocação 2024.4-STT, de 08 AGO 23 (Edital), caso seja incorporado (a) ao Exército e venha a exercer a função pública acima especificada, simultaneamente à que ora pleiteio, as atividades militares prevalecem sobre qualquer vínculo empregatício anterior. 3. Declaro, também, para todos os fins, serem verdadeiras as informações fornecidas, ciente da responsabilidade criminal prevista nos arts. 299 e 304 (falsidade ideológica) do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e Art 312 (falsidade) do Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 - Código Penal Militar (CPM).

_____/_____, _____ de _____ de _____ (Local e data)

Assinatura do(a) Candidato(a)

ANEXO G - MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 7ª REGIÃO MILITAR
(Gov das Armas Prov PE/1821)
REGIÃO MATIAS DE ALBUQUERQUE

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, _____ (nome completo),
Idt nº _____, CPF nº _____, nascido aos _____ dias do mês de _____
de _____, filho de _____ e de _____,
declaro como candidato(a) do processo seletivo para o **EBST**,
na área da 7ª Região Militar, residir no endereço _____

Cidade _____ UF _____ CEP _____.

_____/_____, _____ de _____ de _____.
(Local e data)

Assinatura do(a) Candidato(a)

OBSERVAÇÃO:

1. As expressões, em *itálico*, e as linhas ***não devem ser impressas*** no documento final do(a) voluntário(a), destinando-se, exclusivamente, à utilização como orientação de preenchimento da Declaração.
2. Os dados, inseridos na Declaração, devem ser ***negritados*** para facilitar a sua identificação e conferência.



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 7ª REGIÃO MILITAR
(Gov das Armas Prov PE/1821)
REGIÃO MATIAS DE ALBUQUERQUE

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA NECESSIDADE DE
INFORMAÇÃO DO ESTADO DE GRAVIDEZ**

(somente para o segmento feminino)

Eu, _____ (nome completo),
Idt nº _____, CPF nº _____, nascida aos ____ dias do mês de
_____ de _____, filha de _____ e de
_____, declaro, para efeito do processo seletivo ao **EBST**, que

fui alertada e tomei ciência de que:

- a. o estado de gravidez não impossibilita a minha participação neste processo. Entretanto impede a incorporação para o estágio acima, em virtude dos riscos decorrentes do exame de aptidão física e das atividades militares a serem desenvolvidas, posteriormente, na prestação do Serviço Militar Temporário;
- b. sou responsável por comunicar, o mais rápido possível, e por escrito, o meu estado de gravidez à autoridade militar competente.

_____/_____, _____ de _____ de _____.
(Local e data)

Assinatura do(a) Candidato(a)

OBSERVAÇÃO:

- 1. As expressões, em *itálico*, e as linhas ***não devem ser impressas*** no documento final da voluntária, destinando-se, *exclusivamente*, à utilização como orientação de preenchimento da Declaração.
- 2. Os dados, inseridos na Declaração, devem ser ***negritados*** para facilitar a sua identificação e conferência.

CURRÍCULO PROFISSIONAL

1. INFORMAÇÕES PESSOAIS

- a. Nome Completo:
- b. Filiação:
- c. Data de Nascimento:
- d. Identidade:
- e. CPF:
- f. Sexo:
- g. Estado civil:
- h. Número de dependentes:
- i. Naturalidade:
- j. Endereço Residencial:
- k. Telefone residencial:
- l. Telefone comercial:
- m. Telefone celular:
- n. Endereço eletrônico: (E-Mail)

2. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- a. Curso de Graduação/Formação
 - 1) Especialidade:
 - 2) Período de Realização: *(dia/mês/ano do início ao dia/mês/ano do término)*
 - 3) Carga horária: *(horas/aula)*
 - 4) Instituição de ensino reconhecido pelo órgão federal competente: *(nome da instituição por extenso e onde se localiza)*
- b. Demais cursos
 - 1)

3. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- a. Empresa:
- b. Cargo:
- c. Período de atuação: *(em meses - dia/mês/ano do início ao dia/mês/ano do término)*
- d. Carga horária: *(horas/dia)*
- e. Síntese das atividades profissionais realizadas:

4. ATIVIDADE MILITAR

- a. Estágio ou Curso de Formação:
- b. Cursos de Extensão ou Especialização:
- c. Tempo de Serviço:

_____ / _____, _____ de _____ de _____.
(Local e data)

Assinatura do(a) Candidato(a)

OBSERVAÇÃO:

- 1. As expressões, em itálico, e as linhas ***não devem ser impressas*** no documento final do(a) voluntário(a), destinando-se, exclusivamente, à utilização como orientação de preenchimento da Declaração.
- 2. Os dados, inseridos na Declaração, devem ser **negritados** para facilitar a sua identificação e conferência.



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 7ª REGIÃO MILITAR
(Gov das Armas Prov PE/1821)
REGIÃO MATIAS DE ALBUQUERQUE**

PARECER FAVORÁVEL DO CMT/CH/DIR OM PARA PARTICIPAÇÃO
EM PROCESSO SELETIVO AO SERVIÇO TÉCNICO TEMPORÁRIO
(somente para candidatos militares)

Declaro, junto ao Comando da 7ª Região Militar, que o(a) _____
(posto/graduação) _____ (nome completo), Idt nº _____,
CPF nº _____, nascido(a) aos ____ dias do mês de _____ de _____,
filho(a) de _____ e de _____,
ocupa o cargo de _____ e não possui em seus assentamentos nada que desabone a conduta militar e que, por isso, possui parecer favorável, deste Comando, para participação no processo seletivo ao **EBST**.

_____/_____, _____ de _____ de _____.
(Local e data)

(Assinatura do Cmt/Ch/Dir OM)
Nome e posto do Cmt/Ch/Dir OM

OBSERVAÇÃO: Este parecer deve ser assinado, exclusivamente, pelo Cmt/Ch/Dir OM.



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 7ª REGIÃO MILITAR
(Gov das Armas Prov PE/1821)
REGIÃO MATIAS DE ALBUQUERQUE

(Local), _____ de _____ de _____

Requerimento

Do (nome do requerente)

Ao Sr Comandante da 7ª Região Militar

Objeto: recurso de seleção (*informar a fase do processo*)

1. _____(nome)_____, (nº de inscrição), (CPF), Graduado/Técnico/Profissional em _____ (área/habilitação), residente (endereço residencial completo: Av/Rua, nº, complemento, bairro, CEP, município e telefone), requer a V Exa mandar conceder-lhe nova _____ (avaliação/inspeção de saúde/avaliação física), em grau de recurso, por constar na publicação constante no site emitida em (data da publicação).

2. Seguem abaixo as razões que embasam tal solicitação:

a.

b.

3. Anexos: atestado/laudo médico/publicação constante no site/exames médicos, etc.

4. É a primeira vez que requer.

Assinatura do(a) Candidato(a)

OBSERVAÇÃO:

1. As expressões, em *itálico*, e as linhas ***não devem ser impressas*** no documento final do(a) voluntário(a), destinando-se, exclusivamente, à utilização como orientação de preenchimento da Declaração.

2. Os dados, inseridos na Declaração, devem ser **negritados** para facilitar a sua identificação e conferência.

ANEXO L – MODELO DE DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 7ª REGIÃO MILITAR
(Gov das Armas Prov PE/1821)
REGIÃO MATIAS DE ALBUQUERQUE

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, _____ (nome completo), Idt Nº _____, CPF Nº _____, nascido aos ____ dias do mês de _____ de _____, filha de _____ e de _____, declaro, junto à Comissão de Seleção Especial, que DESISTO de minha convocação para o **EBST**.

_____/_____, _____ de _____ de _____.
(Local e data)

Assinatura do(a) Candidato(a)

OBSERVAÇÃO:

1. As expressões, em *itálico*, e as linhas **não devem ser impressas** no documento final do(a) voluntário(a), destinando-se, exclusivamente, à utilização como orientação de preenchimento da Declaração.
2. Os dados, inseridos na Declaração, devem ser **negritados** para facilitar a sua identificação e conferência.

ANEXO M – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE EXERCÍCIO DE CARGO/FUNÇÃO INFERIOR AO DA FORMAÇÃO PARA CONVOCAÇÃO COMO SARGENTO TÉCNICO TEMPORÁRIO (STT).



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 7ª REGIÃO MILITAR
(Gov das Armas Prov PE/1821)
REGIÃO MATIAS DE ALBUQUERQUE**

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE EXERCÍCIO DE CARGO/FUNÇÃO INFERIOR AO DA FORMAÇÃO PARA CONVOCAÇÃO COMO SARGENTO TÉCNICO TEMPORÁRIO (STT).

(somente para candidatos com diploma de formação superior)

Eu, _____ (nome completo), Idt nº _____, CPF nº _____, nascido aos ____ dias do mês de _____ de _____, filho de _____ e _____, para efeito de seleção e convocação _____ (Sargento Técnico Temporário), declaro que fui alertado(a) e tomei ciência de que, se vier a ser convocado(a) exercerei minha habilitação profissional em nível inferior a que possuo, manifestando assim meu concordo com tal situação.

_____/_____, _____ de _____ de _____.
(Local e data)

Assinatura do(a) Candidato(a)

OBSERVAÇÃO:

1. As expressões, em *itálico*, e as linhas ***não devem ser impressas*** no documento final do(a) voluntário(a), destinando-se, exclusivamente, à utilização como orientação de preenchimento da Declaração.
2. Os dados, inseridos na Declaração, devem ser **negritados** para facilitar a sua identificação e conferência.

ANEXO N - MODELO DE LISTA DE VERIFICAÇÃO DE EXAMES PARA A INSPEÇÃO DE SAÚDE

MODELO DE LISTA DE VERIFICAÇÃO DE EXAMES PARA A INSPEÇÃO DE SAÚDE

PROCESSO SELETIVO 2024.4

INSCRIÇÃO Nº _____

Estágio Básico de Sargento Temporário - EBST

Área/Habilitação Técnica: _____

Nome Completo: _____

Contato (Tel Fixo e Celular): _____

E-mail: _____

(o quadro abaixo será preenchido pela Junta de Inspeção de Saúde, por ocasião da IS)

Ord	Documento	Sim	Não
1	Radiografia dos campos pleuro-pulmonares.		
2	Sorologia para Lues e HIV.		
3	Sorologia para doença de chagas.		
4	Hemograma completo, coagulação e VHS.		
5	Tipagem sanguínea e fator RH.		
6	Parasitológico de fezes.		
7	Sumário de urina.		
8	Eletronefalograma.		
9	Perfil imunológico para hepatites virais (A, B e C): Tipo A: Anti- HVA IGM.		
10	Perfil imunológico para hepatites virais (A, B e C): Tipo B: HbsAg + Anti – Hbs.		
11	Perfil imunológico para hepatites virais (A, B e C): Tipo C: Anti HVC.		
12	Ureia e creatinina.		
13	Parecer oftalmológico (acuidade visual com e sem correção, refração, biomicroscopia, fundo de olho, tonometria, motilidade e senso cromático).		
14	Glicemia de jejum.		
15	Radiografia panorâmica da arcada dentária.		
16	Radiografia panorâmica da coluna vertebral (cervical, torácica e lombo-sacra, PA mais Perfil), com medida de ângulos de Cobb e Ferguson;		
17	Colpocitologia oncótica (candidatas sexo feminino).		
18	Radiografia dos ombros (laudo e imagem);		
19	Radiografia panorâmica dos joelhos MMII (membros inferiores, com escanometria), em AP, englobando bacia/joelho/tornozelo (laudo e imagem);		
20	Teste de acuidade auditiva (audiometria com laudo).		
21	Teste de gravidez sanguíneo (BHCG), (candidatas do sexo feminino).		
22	Teste ergométrico.		
23	Exame toxicológico de larga escala (queratina: cabelo, pelos ou unhas) para detecção de drogas ilícitas, no período mínimo de 90 (noventa) dias.		
24	Laudo Psicológico para porte de armamento.		
25	Peso: _____ / Altura: _____ Obs.: Deverá ser medido por militares de apoio a JISE/MPGu.		

.....**DESTAQUE**.....

COMPROVANTE DE ENTREGA DE EXAMES – FASE DE INSPEÇÃO DE SAÚDE

Inscrição nº: _____ Área: _____

Nome do Candidato: _____

Responsável pelo recebimento: _____ Assinatura: _____

Entregue em _____ de _____ de 20__.



ANEXO 01 – ÁREAS/HABILITAÇÕES TÉCNICAS, DISPONÍVEIS PARA INSCRIÇÃO, CRITÉRIOS EXIGIDOS DE PARTICIPAÇÃO E PONTUAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO DE SARGENTO TÉCNICO TEMPORÁRIO (STT).

I-ÁREA	II -REQUISITOS MÍNIMOS INDISPENSÁVEIS (<i>conditio sine qua non</i>)	IV -CURSOS COMPLEMENTARES PONTUADOS	V -EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL PONTUADA
01. Técnico em Administração	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico em nível médio de Técnico em Administração , fornecido por instituição de ensino credenciada pelo ME.	Somente na área de Técnico em Nível Médio em Administração , devidamente comprovada conforme preconiza o Art 81 a 86 .	a. Somente no desempenho de cargo de nível Médio de Técnico em Administração de Empresas , segundo a classificação Brasileira de Ocupações (CBO) ,devidamente comprovado, conforme preconizam os Art 87 a 100 .
02. Técnico em Alimentos	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico, nível médio de Técnico em Alimentos , fornecido por instituição de ensino credenciada pelo ME; carteira de registro no Conselho Regional de Química; e Certidão de Regularidade do respectivo conselho.	Somente na área de Técnico em Nível Médio em Alimentos , devidamente comprovada conforme preconiza o Art 81 a 86 .	a. Somente no desempenho de cargo de nível Médio de Técnico em Alimentos , segundo a classificação Brasileira de Ocupações (CBO) ,devidamente comprovado, conforme preconizam os Art 87 a 100 .
03. Técnico em Análises Clínicas	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico, nível médio de Técnico em Análises Clínicas , fornecido por instituição de ensino credenciada pelo ME; carteira de registro no Conselho Regional de Farmácia; e Certidão de Regularidade do respectivo conselho.	Somente na área de Técnico em Nível médio em Análises Clínicas , devidamente comprovada conforme preconiza o Art 81 a 86 .	a. Somente no desempenho de cargo de nível Médio de Técnico em Análises Clínicas , segundo a classificação Brasileira de Ocupações (CBO) ,devidamente comprovado, conforme preconizam os Art 87 a 100 .
04. Técnico em Biblioteconomia	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico, nível médio de Técnico em Biblioteconomia , fornecido por instituição de ensino credenciada pelo ME.	Somente na área de Técnico em Nível Médio em Biblioteconomia , devidamente comprovada conforme preconiza o Art 81 a 86 .	a. Somente no desempenho de cargo de nível Médio de Técnico em Biblioteconomia , segundo a classificação Brasileira de Ocupações (CBO) ,devidamente comprovado, conforme preconizam os Art 87 a 100 .

05. Técnico em Computação Gráfica	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico, nível médio de Técnico em Computação Gráfica , fornecido por instituição de ensino credenciada pelo ME.	Somente na área de Técnico em Nível Médio em Computação Gráfica , devidamente comprovada conforme preconiza Art 81 a 86 .	a. Somente no desempenho de cargo de nível Médio de Técnico em Computação Gráfica , segundo a classificação Brasileira de Ocupações (CBO) ,devidamente comprovado, conforme preconizam os Art 87 a 100 .
06. Técnico em Contabilidade	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico, nível médio de Técnico em Contabilidade , fornecido por instituição de ensino credenciada pelo ME; carteira de registro no Conselho Regional de Contabilidade; e Certidão de Regularidade do respectivo conselho.	Somente na área de Técnico em Nível Médio em Contabilidade , devidamente comprovada conforme preconiza o Art 81 a 86 .	a. Somente no desempenho de cargo de nível Médio de Técnico em Contabilidade , segundo a classificação Brasileira de Ocupações (CBO) ,devidamente comprovado, conforme preconizam os Art 87 a 100 .
07. Técnico em Edificações	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico em nível médio de Técnico em Edificações , fornecido por instituição de ensino credenciada pelo ME; carteira de registro no Conselho Federal dos Técnicos Industriais; e Certidão de Regularidade do respectivo conselho.	Somente na área de Técnico em Nível Médio em Edificações , devidamente comprovada conforme preconiza o Art 81 a 86 .	a. Somente no desempenho de cargo de nível Médio de Técnico em Edificações , segundo a classificação Brasileira de Ocupações (CBO) ,devidamente comprovado, conforme preconizam os Art 87 a 100 .
08. Técnico em Eletrotécnica	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico, nível médio de Técnico em Eletrotécnica , fornecido por instituição de ensino credenciada pelo ME; carteira de registro no Conselho Federal dos Técnicos Industriais; e Certidão de Regularidade do respectivo conselho.	Somente na área de Técnico em Nível Médio em Eletrotécnica , devidamente comprovada conforme preconiza Art 81 a 86 .	a. Somente no desempenho de cargo de nível Médio de Técnico em Eletrotécnica , segundo a classificação Brasileira de Ocupações (CBO) ,devidamente comprovado, conforme preconizam os Art 87 a 100 .

<p>09. Técnico em Eletrônica</p>	<p>Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico, nível médio de Técnico em Eletrônica, fornecido por instituição de ensino credenciada pelo ME; carteira de registro no Conselho Federal dos Técnicos Industriais; e Certidão de Regularidade do respectivo conselho.</p>	<p>Somente na área de Técnico em Nível Médio em Eletrônica, devidamente comprovada conforme preconiza Art 81 a 86.</p>	<p>a. Somente no desempenho de cargo de nível Médio de Técnico em Eletrônica, segundo a classificação Brasileira de Ocupações (CBO),devidamente comprovado, conforme preconizam os Art 87 a 100.</p>
<p>10. Técnico em Enfermagem</p>	<p>Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico em nível médio de Técnico em Enfermagem, fornecido por instituição de ensino credenciada pelo ME; carteira de registro no Conselho Regional de Enfermagem; e Certidão de Regularidade do respectivo conselho.</p>	<p>Somente na área de Técnico em Nível Médio em Enfermagem, devidamente comprovada conforme preconiza o Art 81 a 86.</p>	<p>a. Somente no desempenho de cargo de nível Médio de Técnico em Enfermagem, segundo a classificação Brasileira de Ocupações (CBO),devidamente comprovado, conforme preconizam os Art 87 a 100.</p>
<p>11. Técnico em Enfermagem com curso complementar em UTI.</p>	<p>Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico, nível médio de Técnico em Enfermagem, fornecido por instituição de ensino credenciada pelo ME; e curso complementar de UTI, com carga horária mínima de 100 (cem) horas. carteira de registro no Conselho Regional de Técnicos em Enfermagem; e Certidão de Regularidade do respectivo conselho</p>	<p>Somente na área de Técnico em Nível Médio em Enfermagem, devidamente comprovada conforme preconiza Art 81 a 86.</p>	<p>a. Somente no desempenho de cargo de nível Médio de Técnico em Enfermagem, segundo a classificação Brasileira de Ocupações (CBO),devidamente comprovado, conforme preconizam os Art 87 a 100.</p>
<p>12. Técnico em Enfermagem curso complementar em Oncologia.</p>	<p>Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico, nível médio de Técnico em Enfermagem, fornecido por instituição de ensino credenciada pelo ME; e curso complementar em Oncologia, com carga horária mínima de 100 (cem) horas. carteira de registro no Conselho Regional de Técnicos em Enfermagem; e Certidão de Regularidade do respectivo conselho</p>	<p>Somente na área de Técnico em Nível Médio em Enfermagem, devidamente comprovada conforme preconiza Art 81 a 86.</p>	<p>a. Somente no desempenho de cargo de nível Médio de Técnico em Enfermagem, segundo a classificação Brasileira de Ocupações (CBO),devidamente comprovado, conforme preconizam os Art 87 a 100.</p>

13. Técnico em Geologia	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico em nível médio de Técnico em Geologia , fornecido por instituição de ensino credenciada pelo ME; carteira de registro no Conselho Federal dos Técnicos Industriais; e Certidão de Regularidade do respectivo conselho.	Somente na área de Técnico em Nível Médio em Geologia , devidamente comprovada conforme preconiza o Art 81 a 86 .	a. Somente no desempenho de cargo de nível Médio de Técnico em Geologia , segundo a classificação Brasileira de Ocupações (CBO) ,devidamente comprovado, conforme preconizam os Art 87 a 100 .
14. Técnico em Hospedagem	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico, nível médio de Técnico em Hospedagem , fornecido por instituição de ensino credenciada pelo ME.	Somente na área de Técnico em Nível Médio em Hospedagem , devidamente comprovada conforme preconiza o Art 81 a 86 .	a. Somente no desempenho de cargo de nível Médio de Técnico em Hospedagem , segundo a classificação Brasileira de Ocupações (CBO) ,devidamente comprovado, conforme preconizam os Art 87 a 100 .
15. Técnico em Informática– Desenvolvimento de Sistemas	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico em nível médio de Técnico em Informática Desenvolvimento de Sistemas , fornecido por instituição de ensino credenciada pelo ME.	Somente na área de Técnico em Nível Médio em Informática-Desenvolvimento de Sistemas , devidamente comprovada conforme preconiza o Art 81 a 86 .	a. Somente no desempenho de cargo de nível Médio de Técnico em Informática - Desenvolvimento de Sistemas , segundo a classificação Brasileira de Ocupações (CBO) ,devidamente comprovado, conforme preconizam os Art 87 a 100 .
16. Técnico em Informática - Redes de Computadores	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico em nível médio de Técnico em Redes de Computadores , fornecido por instituição de ensino credenciada pelo ME.	Somente na área de Técnico em Nível Médio em Informática-Redes de Computadores , devidamente comprovada conforme preconiza o Art 81 a 86 .	a. Somente no desempenho de cargo de nível Médio de Técnico em Informática-Redes de Computadores , segundo a classificação Brasileira de Ocupações (CBO),devidamente comprovado, conforme preconizam os Art 87 a 100 .
17. Técnico em Informática - Suporte e Manutenção de Microcomputador	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico em nível médio de Técnico em Informática- Suporte e Manutenção de Microcomputador , fornecido por instituição de ensino credenciada pelo ME.	Somente na área de Técnico em Nível Médio em Informática – Suporte e Manutenção de Micros , devidamente comprovada conforme preconiza o Art 81 a 86 .	a. Somente no desempenho de cargo de nível Médio de Técnico em Informática – Suporte e Manutenção de Micros , segundo a classificação Brasileira de Ocupações (CBO),devidamente comprovado, conforme preconizam os Art 87 a 100 .

18. Técnico em Logística	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico em nível médio em Logística , fornecido por instituição de ensino credenciada pelo ME.	Somente na área de Técnico em Nível Médio em Logística , devidamente comprovada conforme preconiza o Art 81 a 86 .	a. Somente no desempenho de cargo de nível Médio de Técnico em Logística , segundo a classificação Brasileira de Ocupações (CBO),devidamente comprovado, conforme preconizam os Art 87 a 100 .
19. Técnico em Magistério	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico em nível médio de Técnico em Magistério , fornecido por instituição de ensino credenciada pelo ME.	Somente na área de Técnico em Nível Médio em Magistério , devidamente comprovada conforme preconiza o Art 81 a 86 .	a. Somente no desempenho de cargo de nível Médio de Técnico em Magistério , segundo a classificação Brasileira de Ocupações (CBO),devidamente comprovado, conforme preconizam os Art 87 a 100 .
20. Técnico em Manutenção Automotiva	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico, nível médio de Técnico em Manutenção Automotiva , fornecido por instituição de ensino credenciada pelo ME.	Somente na área de Técnico em Nível Médio em Manutenção Automotiva , devidamente comprovada conforme preconiza o Art 81 a 86 .	a. Somente no desempenho de cargo de nível Médio de Técnico em Manutenção Automotiva , segundo a classificação Brasileira de Ocupações (CBO),devidamente comprovado, conforme preconizam os Art 87 a 100 .
21. Técnico em Manutenção Automotiva – Eletricista	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico, nível médio de Técnico em Manutenção Automotiva , fornecido por instituição de ensino credenciada pelo ME; e curso complementar de Eletricista de Automóveis com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas .	Somente na área de Técnico em Nível Médio em Manutenção Eletricista Automotiva , devidamente comprovada conforme preconiza o Art 81 a 86 .	a. Somente no desempenho de cargo de nível Médio de Técnico em Manutenção Eletricista Automotiva , segundo a classificação Brasileira de Ocupações (CBO), devidamente comprovado, conforme preconizam os Art 87 a 100 .
22. Técnico em Mecânica Industrial	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico em nível médio de Técnico em Mecânica Industrial , fornecido por instituição de ensino credenciada pelo ME.	Somente na área de Técnico em Nível Médio em Mecânica Industrial , devidamente comprovada conforme preconiza o Art 81 a 86 .	a. Somente no desempenho de cargo de nível Médio de Técnico em Mecânica Industrial , segundo a classificação Brasileira de Ocupações (CBO),devidamente comprovado, conforme preconizam os Art 87 a 100 .

23. Técnico em Meio Ambiente	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico em nível médio de Técnico em Meio Ambiente ou Técnico em Controle Ambiental , fornecido por instituição de ensino credenciada pelo ME; carteira de registro no Conselho Regional de Química; e Certidão de Regularidade do respectivo conselho.	Somente na área de Técnico em Nível Médio em Meio Ambiente , devidamente comprovada conforme preconiza o Art 81 a 86 .	a. Somente no desempenho de cargo de nível Médio de Técnico em Meio Ambiente , segundo a classificação Brasileira de Ocupações (CBO),devidamente comprovado, conforme preconizam os Art 87 a 100 .
24. Técnico em Mineração	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico em nível médio de Técnico em Mineração , fornecido por instituição de ensino credenciada pelo ME; carteira de registro no Conselho Regional de Química ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais; e Certidão de Regularidade do respectivo conselho.	Somente na área de Técnico em Nível Médio em Mineração , devidamente comprovada conforme preconiza o Art 81 a 86 .	a. Somente no desempenho de cargo de nível Médio de Técnico Mineração , segundo a classificação Brasileira de Ocupações (CBO),devidamente comprovado, conforme preconizam os Art 87 a 100 .
25. Técnico em Multimeios Didáticos	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico, nível médio de Técnico em Multimeios Didáticos , fornecido por instituição de ensino credenciada pelo ME.	Somente na área de Técnico em Nível Médio em Multimeios Didáticos , devidamente comprovada conforme preconiza o Art 81 a 86 .	a. Somente no desempenho de cargo de nível Médio de Técnico Multimeios Didáticos , segundo a classificação Brasileira de Ocupações (CBO),devidamente comprovado, conforme preconizam os Art 87 a 100 .
26. Técnico em Museologia	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico, nível médio de Técnico em Museologia , fornecido por instituição de ensino credenciada pelo ME.	Somente na área de Técnico em Nível Médio em Museologia , devidamente comprovada conforme preconiza Art 81 a 86 .	a. Somente no desempenho de cargo de nível Médio de Técnico Museologia , segundo a classificação Brasileira de Ocupações (CBO),devidamente comprovado, conforme preconizam os Art 87 a 100 .

27. Técnico em Nutrição	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico em nível médio de Técnico em Nutrição e dietética, fornecido por instituição de ensino credenciada pelo ME; carteira de registro no Conselho Regional de Nutricionistas; e Certidão de Regularidade do respectivo conselho.	Somente na área de Técnico em Nível Médio em Nutrição , devidamente comprovada conforme preconiza o Art 81 a 86 .	a. Somente no desempenho de cargo de nível Médio de Técnico Nutrição e Dietética , segundo a classificação Brasileira de Ocupações (CBO),devidamente comprovado, conforme preconizam os Art 87 a 100 .
28. Técnico em Produção Cultural	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico em nível médio de Técnico em Produção Áudio e Vídeo, Técnico em Rádio e Vídeo , fornecido por instituição de ensino credenciada pelo ME.	Somente na área de Técnico em Nível Médio em Produção Cultural , devidamente comprovada conforme preconiza o Art 81 a 86 .	a. Somente no desempenho de cargo de nível Médio de Técnico Produção Cultural , segundo a classificação Brasileira de Ocupações (CBO),devidamente comprovado, conforme preconizam os Art 87 a 100 .
29. Técnico em Prótese Dentária	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico, nível médio de Técnico em Prótese Dentária , fornecido por instituição de ensino credenciada pelo ME; carteira de registro no Conselho Regional de Odontologia; e Certidão de Regularidade do respectivo conselho.	Somente na área de Técnico em Nível Médio em Prótese Dentária , devidamente comprovada conforme preconiza o Art 81 a 86 .	a. Somente no desempenho de cargo de nível Médio de Técnico Prótese Dentária , segundo a classificação Brasileira de Ocupações (CBO),devidamente comprovado, conforme preconizam os Art 87 a 100 .
30. Técnico em Publicidade	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico, nível médio de Técnico em Publicidade , fornecido por instituição de ensino credenciada pelo ME; com carga horária mínima de 800 (oitocentos) horas CNCT 4ª edição 2022.	Somente na área de Técnico em Nível Médio em Publicidade , devidamente comprovada conforme preconiza o Art 81 a 86 .	a. Somente no desempenho de cargo de nível Médio de Técnico Publicidade , segundo a classificação Brasileira de Ocupações (CBO),devidamente comprovado, conforme preconizam os Art 87 a 100 .
31. Técnico em Radiologia	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico, nível médio de Técnico em Radiologia , fornecido por instituição de ensino credenciada pelo ME; carteira de registro no Conselho Regional de Técnicos em Radiologia; e Certidão de Regularidade do respectivo conselho.	Somente na área de Técnico em Nível Médio em Radiologia , devidamente comprovada conforme preconiza Art 81 a 86 .	a. Somente no desempenho de cargo de nível Médio de Técnico Radiologia , segundo a classificação Brasileira de Ocupações (CBO),devidamente comprovado, conforme preconizam os Art 87 a 100 .

<p>32. Técnico em Radiologia especialização em Mamografia</p>	<p>Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico, nível médio de Técnico em Radiologia, fornecido por instituição de ensino credenciada pelo ME; e curso de especialização em Mamografia com carga horária mínima de 200 (Duzentas) horas. carteira de registro no Conselho Regional de Técnicos em Radiologia; e Certidão de Regularidade do respectivo conselho.</p>	<p>Somente na área de Técnico em Nível Médio em Radiologia, devidamente comprovada conforme preconiza Art 81 a 86.</p>	<p>a. Somente no desempenho de cargo de nível Médio de Técnico Radiologia, segundo a classificação Brasileira de Ocupações (CBO),devidamente comprovado, conforme preconizam Art 87 a 100.</p>
<p>33. Técnico em Refrigeração e Climatização</p>	<p>Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico em nível médio em Refrigeração e Climatização, fornecido por instituição de ensino credenciada pelo ME; carteira de registro no Conselho Federal dos Técnicos Industriais; e Certidão de Regularidade do respectivo conselho.</p>	<p>Somente na área de Técnico em Nível Médio em Refrigeração e Climatização, devidamente comprovada conforme preconiza o Art 81 a 86.</p>	<p>a. Somente no desempenho de cargo de nível Médio de Técnico Refrigeração e Climatização, segundo a classificação Brasileira de Ocupações (CBO),devidamente comprovado, conforme preconizam os Art 87 a 100.</p>
<p>34. Técnico em Segurança do Trabalho</p>	<p>Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico em nível médio de Técnico em Segurança do Trabalho, fornecido por instituição de ensino credenciada pelo ME; e registro na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho.</p>	<p>Somente na área de Técnico em Nível Médio em Segurança do Trabalho, devidamente comprovada conforme preconiza o Art 81 a 86.</p>	<p>a. Somente no desempenho de cargo de nível Médio de Técnico Segurança do Trabalho, segundo a classificação Brasileira de Ocupações (CBO),devidamente comprovado, conforme preconizam os Art 87 a 100.</p>
<p>35. Técnico em Topografia</p>	<p>Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso técnico em nível médio de Técnico em agrimensura ou Técnico em geodésia e cartografia ou Técnico em geoprocessamento, fornecido por instituição de ensino credenciada pelo ME; carteira de registro no Conselho Federal dos Técnicos Industriais; e Certidão de Regularidade do respectivo conselho.</p>	<p>Somente na área de Técnico em Nível Médio em Agrimensura/Geodésia ou Geoprocessamento, devidamente comprovada conforme preconiza Art 81 a 86.</p>	<p>a. Somente no desempenho de cargo de nível Médio de Técnico Agrimensura/Geodésia ou Geoprocessamento, segundo a classificação Brasileira de Ocupações (CBO),devidamente comprovado, conforme preconizam os Art 87 a 100.</p>

ANEXO 02 – ÁREAS/HABILITAÇÕES TÉCNICAS, DISPONÍVEIS PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO SARGENTO TÉCNICO TEMPORÁRIO (STT) E QUADRO DE VAGAS POR ESPECIALIDADE E LOCALIDADE.

*** Legenda: Cadastro de Reserva (CR)**

ESPECIALIDADE	LOCALIDADES	VAGAS
1. Técnico em Administração	Recife/PE	CR
	João Pessoa/PB	CR
	Natal/RN	CR
	Maceió/AL	CR
	Petrolina/PE	CR
	Garanhuns/PE	CR
	São Bento do Una/PE	CR
	Campina Grande/PB	CR
	Caicó/RN	CR
2. Técnico em Alimentos	Recife/PE	CR
	João Pessoa/PB	CR
	Natal/RN	CR
		CR
	Caicó/RN	CR
3. Técnico em Análises Clínicas	Recife/PE	CR
	João Pessoa/PB	CR
	Natal/RN	CR
	Maceió/AL	CR
	Caicó/RN	CR
4. Técnico em Biblioteconomia	Recife/PE	CR
	João Pessoa/PB	CR
	Natal/RN	CR
5. Técnico em Computação Gráfica	Recife/PE	CR
	João Pessoa/PB	CR
	Natal/RN	CR
		CR

	Petrolina/PE	CR
6. Técnico em Contabilidade	Recife/PE	CR
	João Pessoa/PB	CR
	Natal/RN	CR
	Maceió/AL	CR
	Petrolina/PE	CR
	Garanhuns/PE	CR
	São Bento do Una/PE	CR
	Campina Grande/PB	CR
	Caicó/RN	CR
7. Técnico em Edificações	Recife/PE	CR
	João Pessoa/PB	CR
	Natal/RN	CR
	Maceió/AL	CR
	Petrolina/PE	CR
	Garanhuns/PE	CR
	São Bento do Una/PE	CR
	Campina Grande/PB	CR
	Caicó/RN	CR
8. Técnico em Eletrotécnica	Recife/PE	CR
	João Pessoa/PB	CR
	Natal/RN	CR
	Maceió/AL	CR
	Petrolina/PE	CR
	Garanhuns/PE	CR
	São Bento do Una/PE	CR
	Campina Grande/PB	CR
	Caicó/RN	CR
9. Técnico em Eletrônica	Recife/PE	CR
	João Pessoa/PB	CR
	Natal/RN	CR
	Recife/PE	CR

10. Técnico em Enfermagem	João Pessoa/PB	CR
	Natal/RN	CR
	Maceió/AL	CR
	Petrolina/PE	CR
	Garanhuns/PE	CR
	São Bento do Una/PE	CR
	Campina Grande/PB	CR
	Caicó/RN	CR
11. Técnico em Enfermagem, com curso complementar em UTI	Recife/PE	CR
	João Pessoa/PB	CR
	Natal/RN	CR
12. Técnico em Enfermagem, com curso complementar em Oncologia	Recife/PE	CR
	João Pessoa/PB	CR
	Natal/RN	CR
13. Técnico em Geologia	Recife/PE	CR
	João Pessoa/PE	CR
	Natal/RN	CR
	Caicó/RN	CR
14. Técnico em Hospedagem	Recife/PE	CR
	João Pessoa/PB	CR
	Natal/RN	CR
	Maceió/AL	CR
15. Técnico em Informática- Desenvolvimento de Sistemas	Recife/PE	CR
	João Pessoa/PB	CR
	Natal/RN	CR
	Maceió/AL	CR
	Petrolina/PE	CR
	Garanhuns/PE	CR
	São Bento do Una/PE	CR
	Campina Grande/PB	CR
Caicó/RN	CR	
16. Técnico em Informática- Redes de Computadores	Recife/PE	CR
	João Pessoa/PB	CR
	Natal/RN	CR
	Maceió/AL	CR
	Petrolina/PE	CR

	Garanhuns/PE	CR
	São Bento do Una/PE	CR
	Campina Grande/PB	CR
	Caicó/RN	CR
17. Técnico em Informática- Suporte Manutenção de Micro	Recife/PE	CR
	João Pessoa/PB	CR
	Natal/RN	CR
	Maceió/AL	CR
	Petrolina/PE	CR
	Garanhuns/PE	CR
	São Bento do Una/PE	CR
	Campina Grande/PB	CR
18. Técnico em Logística	Caicó/RN	CR
	Recife/PE	CR
	João Pessoa/PB	CR
19. Técnico em Magistério	Natal/RN	CR
	Recife/PE	CR
20. Técnico em Manutenção Automotiva	Recife/PE	CR
	João Pessoa/PB	CR
	Natal/RN	CR
	Maceió/AL	CR
	Petrolina/PE	CR
	Garanhuns/PE	CR
	São Bento do Una/PE	CR
	Campina Grande/PB	CR
21. Técnico em Manutenção Automotiva - Eletricista	Caicó/RN	CR
	Recife/PE	CR
	João Pessoa/PB	CR
	Natal/RN	CR
	Maceió/AL	CR
	Petrolina/PE	CR
	Garanhuns/PE	CR
	São Bento do Una/PE	CR
Campina Grande/PB	CR	
	Caicó/RN	CR
	Recife/PE	CR

22. Técnico em Mecânica Industrial	João Pessoa/PB	CR
	Natal/RN	CR
	Caicó/RN	CR
23. Técnico em Meio Ambiente	Recife/PE	CR
	João Pessoa/PB	CR
	Maceió/AL	CR
	Caicó/RN	CR
	Natal/RN	CR
24. Técnico em Mineração	Recife/PE	CR
	João Pessoa/PB	CR
	Natal/RN	CR
	Caicó/RN	CR
25. Técnico em Multimeios Didáticos	Recife/PE	CR
26. Técnico em Museologia	Recife/PE	CR
	João Pessoa/PB	CR
	Natal/RN	CR
	São Bento do Una/PE	CR
27. Técnico em Nutrição	Recife/PE	CR
	João Pessoa/PB	CR
	Natal/RN	CR
	Maceió/AL	CR
28. Técnico em Produção Cultural	Recife/PE	CR
	João Pessoa/PB	CR
	Natal/RN	CR
29. Técnico em Prótese Dentária	Recife/PE	CR
	João Pessoa/PB	CR
	Maceió/AL	CR
	Natal/RN	CR
	Recife/PE	CR

30. Técnico em Publicidade	João Pessoa/PB	CR
	Natal/RN	CR
31. Técnico em Radiologia	Recife/PE	CR
	João Pessoa/PB	CR
	Maceió/AL	CR
32. Técnico em Radiologia com especialização em Mamografia	Natal/RN	CR
	João Pessoa/PB	CR
	Recife/PE	CR
33. Técnico em Refrigeração e Climatização	Recife/PE	CR
	João Pessoa/PB	CR
	Natal/RN	CR
	Maceió/AL	CR
	Petrolina/PE	CR
	Garanhuns/PE	CR
	São Bento do Una/PE	CR
	Campina Grande/PB	CR
Caicó/RN	CR	
34. Técnico em Segurança do Trabalho	Recife/PE	CR
	João Pessoa/PB	CR
	Natal/RN	CR
	Caicó/RN	CR
35. Técnico em Topografia	Recife	CR
	João Pessoa/PB	CR
	Natal/RN	CR
	Caicó/RN	CR
	São Bento do Una/PE	CR

*** Observações:**

- O cadastro de reserva deste processo seletivo será composto por todos os candidatos, devidamente inscritos, mesmo que eventualmente **não tenham sido chamados** para as fases seguintes deste certame, previstas no Cronograma Inicial de Atividades deste Aviso de Convocação.
- Caso surjam vagas durante a vigência deste Aviso, após a incorporação, as informações serão divulgadas via internet.
- O cadastro de reserva não garante a incorporação e estará sujeito às seguintes condições:
 - a) abertura/disponibilidade de vagas;
 - b) limite orçamentário do Exército Brasileiro; e
 - c) interesse da administração pública.

ANEXO P – CERTIFICAÇÕES/CURSOS COMPLEMENTARES CONSIDERADOS DE INTERESSE, POR ESPECIALIDADES, NO PROCESSO SELETIVO DE SARGENTO TÉCNICO TEMPORÁRIO (STT)

ESPECIALIDADE	CURSOS COMPLEMENTARES CONSIDERADOS DE INTERESSE
Técnico em Análises Clínicas	<ul style="list-style-type: none"> Flebotomia com carga horária mínima de 10 (dez) horas.
	<ul style="list-style-type: none"> Curso básico de Office Excel com carga horária mínima de 100 (cem) horas.
	<ul style="list-style-type: none"> Curso de Biossegurança em laboratório com carga horária mínima de 100 (cem) horas.
	<ul style="list-style-type: none"> Curso Microbiologia com carga horária mínima de 60 (sessenta) horas.
Técnico em Contabilidade	<ul style="list-style-type: none"> Contabilidade Pública com carga horária mínima de 20 (vinte) horas.
	<ul style="list-style-type: none"> Orçamento Público/Administração financeira e orçamentária com carga horária mínima de 20 (vinte) horas.
	<ul style="list-style-type: none"> Gestão Pública com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas.
	<ul style="list-style-type: none"> Administração Pública com carga horária mínima de 20 (quarenta) horas.
	<ul style="list-style-type: none"> Licitações e Contratos Públicos com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas.
Técnico em Enfermagem	<p align="center">CURSOS COMPLEMENTARES CONSIDERADOS DE INTERESSE</p> <ul style="list-style-type: none"> Curso complementar em Terapia Intensiva , com carga horária mínima de 300 (trezentas) horas
	<ul style="list-style-type: none"> Curso de APH com carga horária mínima de 50 (cinquenta) horas
	<ul style="list-style-type: none"> Curso complementarem em Oncologia, com carga horária mínima de 100 (cem) horas
	<p align="center">CURSOS COMPLEMENTARES CONSIDERADOS DE INTERESSE</p>
Técnico em Topografia	<ul style="list-style-type: none"> Programação com Python com carga horária mínima de 16 (dezesesseis) horas.
	<ul style="list-style-type: none"> Curso de FME com carga horária mínima de 16 (dezesesseis) horas.
	<ul style="list-style-type: none"> Curso de QGIS Básico com carga horária mínima de 16 (dezesesseis) horas.
	<ul style="list-style-type: none"> Curso de QGIS Avançado com carga horária mínima de 16 (dezesesseis) horas.
	<ul style="list-style-type: none"> Curso de PortgreSQL com carga horária mínima de 16 (dezesesseis) horas.
	<ul style="list-style-type: none"> Curso de DBA PostGIS com carga horária mínima de 16 (dezesesseis) horas.
	<ul style="list-style-type: none"> Curso de Mapa com Drones (ARP) com carga horária mínima de 16 (dezesesseis) horas.
	<ul style="list-style-type: none"> Curso de Georrefenciamento de Imóveis Rurais ou Urbanos com carga horária mínima de 16 (dezesesseis) horas.
Técnico em Informática - Redes de Computadores	<p align="center">CURSOS COMPLEMENTARES CONSIDERADOS DE INTERESSE</p>
	<ul style="list-style-type: none"> Curso de Administração de Servidores Linux com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas.
	<ul style="list-style-type: none"> Curso em PHP com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas.
	<ul style="list-style-type: none"> Metodologia Ágil para análise e desenvolvimento de software com Scrum com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas.
	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvedor de páginas Web, utilizando HTML, CSS, Javascript, jQuery e AJAX com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas.
	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvedor de Aplicações Mobile Android ou iOS com carga horária mínima de 60 (sessenta) horas.
	<ul style="list-style-type: none"> Linguagem SQL utilizando Banco de dados MySQL ou PostgreeSQL, com carga horária mínima de 30 (trinta) horas.
	<ul style="list-style-type: none"> Sistema de Controle de Versões (Git ou Subversion), com carga horária mínima de 20 (vinte) horas.
	<ul style="list-style-type: none"> Segurança em Aplicações Web, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas.
<ul style="list-style-type: none"> Demais cursos na área com carga horária mínima de 120 (cento e vinte) horas. 	

	CURSOS COMPLEMENTARES CONSIDERADOS DE INTERESSE
Técnico em Informática – Desenvolvimento de Sistemas	<ul style="list-style-type: none"> • Curso em Java com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas.
	<ul style="list-style-type: none"> • Curso em PHP com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas.
	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvedor de páginas Web, utilizando HTML, CSS, Javascript, jQuery e AJAX com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas.
	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvedor de Aplicações Mobile Android ou iOS com carga horária mínima de 60 (sessenta) horas.
	<ul style="list-style-type: none"> • Linguagem SQL utilizando Banco de dados MySQL ou PostgreSQL, com carga horária mínima de 30 (trinta) horas.
	<ul style="list-style-type: none"> • Segurança em Aplicações Web, com carga horária mínima de 20 (vinte) horas.
	<ul style="list-style-type: none"> • Demais cursos na área com carga horária mínima de 120 (cento e vinte) horas.
Técnico em Radiologia	<ul style="list-style-type: none"> • Curso de especialização em Mamografia e/ou Tomografia com carga horária mínima de 200 (duzentas) horas.



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
OM EXPEDIDORA**

CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO MILITAR
(somente para candidatos militares)

Certifico, para fins de comprovação de experiência profissional militar, que o(a) _____ (nome completo _____) (posto/graduação) _____, Idt ou Certificado de Reservista nº _____, CPF nº _____, nascido(a) aos ___ dias do mês de _____ de _____, filho(a) de _____ e de _____, exerce (exerceu) nesta OM o cargo/função de _____ no período de _____ a _____, perfazendo um total de ___ano(s), ___mes(es), ___dia(s) de efetivo serviço na referida função.

_____/_____, _____ de _____ de 20__.

(Local e data)

Nome e posto do Cmt/Ch/Dir OM

ANEXO R - MODELO DECLARAÇÃO DE VOLUNTARIADO PARA DESIGNAÇÃO EM GUARNIÇÃO DIFERENTE DE SUA SEDE DE INSCRIÇÃO



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 7ª REGIÃO MILITAR
(Gov das Armas Prov PE/1821)
REGIÃO MATIAS DE ALBUQUERQUE**

DECLARAÇÃO DE VOLUNTARIADO PARA DESIGNAÇÃO

Eu, _____ (nome completo), Idt Nº _____, CPF Nº _____, Nº Inscrição _____, candidato STT especialidade _____, Declaro junto ao Comando da 7ª Região Militar, que sou voluntário (a) para minha convocação para o EBST na Guarnição de _____, nos termos dos **Art 192 e 205** do Aviso de Convocação 2024.4, sendo que o meu deslocamento será por conta própria e sem ônus para o Exército Brasileiro.

_____/_____, _____ de _____ de 20____.

(Local e data)

Assinatura do(a) candidato(a)

Obs: Esta declaração somente será preenchida por candidatos, no caso de haver vaga não preenchida em guarnição, respeitada a classificação geral do certame na especialidade em questão, observando o que prescrevem os incisos I, II, III, IV e V do artigo 192.